

**Relatório de Gestão
Corregedoria Regional Eleitoral
2025**



VICE-PRESIDÊNCIA E CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral

Desembargador Carlos Henrique Perpétuo Braga

Juiz Auxiliar

Ronaldo Souza Borges

Secretaria da Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral – SCRE

Secretária: Lara Marina Ferreira

Gabinete da Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral – GCRE

Maria do Carmo Álvares Lustosa de Andrade (Titular)

Carolina Cruz Mendes (Estagiária)

Cibelle Divina Vieira Barbosa

João Pedro Silva Pires de Souza (Estagiário)

Luciene Lucas da Cruz

Marcella da Silva Lima

Maria de Carvalho Sobrinho

Assessoria Jurídica da Corregedoria – AJCRE

Roberta Maia Gresta (Titular)

Ana Lúcia Alves Bahia

Bianca Do Vale Sales Menezes (Estagiária)

Daniel Correa Maia Chaves

Fernanda Rodrigues Moura

Jair Lemos

Janaína Dias dos Santos

Luciana Ribeiro de Moraes

Assessoria Administrativa da Corregedoria – AACRE

Adriana Steiner Melo (Titular)

Isadora Beluco Fernandes

Assessoria do Juiz Auxiliar da Vice-Presidência e Corregedoria – AJAC

Alberto Rocha Torres (Titular)

Coordenadoria de Gestão do Cadastro Eleitoral – CGC

Mônica Guimarães Santos Del Vechio (Titular)

Telma Maria de Araújo

Seção de Direitos Políticos – SEDIP

Olga Dourado Pacheco de Souza (Titular)

Daniel Alexandre Moreira

Heitor Campos Mendes de Oliveira (Estagiário)

Jose Ronaldo da Silva Modesto

Luiz Felipe Martins de Lima (Estagiário)

Rafael Vilela Bottaro (Estagiário)

Samuel Faustino

Tadeu Alves Vaz de Melo

Vanessa Juliana Merces Rodrigues (Estagiária)

Seção de Supervisão do Cadastro Eleitoral – SECAD

Andréa Lira Carneiro (Titular)

Alexandra de Figueiredo Cunha Sampaio

Andréa Chaves Faria Carvalho

Carla Lauriano Ferreira

Cilma Fátima Monteiro de Barros – AVE

Gilberto de Jesus Freitas – (empréstimo à ZE)

Luciana Maria Coimbra Saldanha

Rogéria do Nascimento Nogueira Freitas

Roney Araujo Lopes – AVE

Coordenadoria de Inspeção das Zonas Eleitorais – CZE

Giselle Lucia de Souza Teixeira Soares (Titular)

Seção de Inspeções e Correções – SINSC

Ruth Pereira de Magalhães Gomes (Titular)

Frank de Almeida Pereira – AVE

Maria Beatriz de Araujo França

Patricia Ribeiro Lamounier Moura

Renata Couto Lessa Lima

Thiago Duarte Coelho

Davidson Luiz Santos (Estagiário)

Seção de Acompanhamento de Dados e Estatísticas Processuais das Zonas Eleitorais – SADEP

Diogo Mendonça Cruvinel (Titular)

Karina Marcos Bedran

Rogério de Faria Corrêa

Simone Barbosa de Miranda

Coordenadoria de Orientação e Apoio às Zonas Eleitorais – COA

Paulo de Souza Trindade Junior (Titular)

Fábio Gonçalves Raymundo- AVE

Felipe Faria Mortimer Cunha - AVE

Ricardo Simões Tomaz - AVE

Núcleo de Assessoramento em Feitos Criminais – NAFEC

Natália Montandon Esteves Pires (Titular)

Carolina Dornelas de Melo (Estagiário)

Fernando Diniz Cabral

Juliana Moara Santiago Mendes Chaves

Lucas Silva Senna Pereira

Lucas Takada Barros

Manoella Menezes Santos Carvalho (Estagiário)

Paulo Cauê Soave - AVE

Seção de Procedimentos Judiciários – SEJUD

Fernanda Souza Marques Sereno (Titular)

Camila Trevisan do Prado Moreira – AVE

Carollyne de Faria

Gabriella Dias Figueiredo

Ivana Guido Faria – AVE

Karine Antunes Lopes

Marco Aurélio Castro de Menezes

Paulo José Martins Ribeiro (Estagiário)

Viviane Machado Campos Pinheiro Chagas

Sumário

1 Apresentação	10
2 PRINCIPAIS AÇÕES E PROJETOS EM 2025	12
2.1 Programa Integra	12
2.2 Projeto Conexão CRE	14
2.3 Rodas de Conversa e Ação Integra.....	16
2.4 Inspeções presenciais e visitas aos cartórios eleitorais	17
2.5 Divulgação da Autoinspeção 2025	17
2.6 Painel Monitoramento do Atendimento ao Cidadão	18
2.7 Apoio ao Plano Integrado da Biometria.....	19
2.8 Desenvolvimento de ações decorrentes da Avaliação das Eleições 2024	21
2.9 Trilha PJe	21
2.10 Interoperabilidade PJe e PCnet.....	22
2.11 Gestão Processual Estratégica	22
2.12 Gestão de riscos em Processos de Prestação de Contas Partidárias (PC-PP) e Cumprimento de Sentença (CumSen)	23
2.13 Desenvolvimento de lideranças e gestão de pessoas na CRE-MG	23
3 RESULTADOS DA CRE NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TRE-MG	25
3.1 Objetivos estratégicos PETRE 2021-2026	25
3.2 Planejamento Tático da CRE-MG	26
3.3 Planejamento Tático Áreas Judiciais	28
4 METAS E DIRETRIZES ESTRATÉGICAS DAS CORREGEDORIAS.....	31
5 EIXO INSPEÇÕES E CORREIÇÕES - DADOS E ESTATÍSTICAS	32
5.1 Inspeções de Ciclo 2025.....	32
5.1.1 Principais achados nas inspeções 2025	34
5.1.2 Lista zonas inspecionadas nos anos anteriores do ciclo iniciado em 2024	36
5.2 Autoinspeção Anual 2025	36

5.3 Autoinspeções iniciais realizadas em 2025	37
6 EIXO ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO PROCESSUAL DA 1^a INSTÂNCIA - DADOS E ESTATÍSTICAS	41
6.1 Acervo Processual: visão geral da primeira instância – 2025	41
6.2 Programa Permanente de Acompanhamento das Zonas Eleitorais	41
6.2.1 Lista - zonas que ingressaram no Programa em 2025	42
6.3 Projeto Acervo Novo	45
6.4 Projeto AVE Contas	45
6.4.1 Lista de zonas eleitorais que participaram do Projeto em 2025	46
6.5 Indicadores processuais - Prêmio CNJ de Qualidade 2025	47
7 EIXO GESTÃO DO CADASTRO ELEITORAL - DADOS E ESTATÍSTICAS	49
7.1 Atendimento ao Eleitor	49
7.1.1 Atendimento Eleitoral por operação nas zonas eleitorais - quantitativo por mês	49
7.1.2 Requerimentos WEB do tipo “aguardando atendimento” - quantitativo por mês	50
7.1.3 UAEs - quantitativo por mês	51
7.2 Gestão e depuração do Cadastro Eleitoral	52
7.2.1 Coincidências - quantitativo de coincidências de inscrições eleitorais. Competência dos Juízes Eleitorais, por mês	52
7.2.2 Coincidências - quantitativo de coincidências com a Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos. Competência do Corregedor	53
7.2.3 Duplicidade/Pluralidade de Inscrições - quantitativo de processos PJe	53
7.2.4 Regularização da Situação do Eleitor - quantitativo de processos PJe	53
7.2.5 Direitos Políticos - quantitativo de processos PJe	53
7.2.6 Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos - BPSDP – novas anotações e retificações	54
7.2.7 Infodip	54
7.2.8 Cadastro Eleitoral – retificações de códigos de Atualização da Situação do Eleitor (ASE)	54
7.2.9 Monitoramentos relacionados à supervisão do Cadastro Eleitoral	55
7.2.10 Tratamentos relacionados à supervisão do Cadastro Eleitoral	58
7.3 Pedidos de correição e revisão de Eleitorado	59

7.4. Dados do Eleitorado: Sisel e outros pedidos	60
8 EIXO ORIENTAÇÃO E APOIO ÀS ZONAS ELEITORAIS - DADOS E ESTATÍSTICAS	61
8.1 Atendimento às zonas eleitorais: sistema PJe	61
8.2 Atendimento às zonas eleitorais: Procedimentos Judiciais	61
8.3. Atendimento às zonas eleitorais: PJe e Procedimentos Judiciais - chamados que não puderam ser classificados de acordo com o assunto específico:.....	62
8.4 Atendimento às zonas eleitorais: Assessoramento Feitos Criminais.....	62
8.5 Atendimento às zonas eleitorais: Cadastro Eleitoral	63
8.6 Atendimento às zonas eleitorais: Inspeção e Autoinspeção	63
8.7 Atendimento às zonas eleitorais: Sistemas Conveniados.....	64
9 EIXO CONTROLE DISCIPLINAR - DADOS E ESTATÍSTICAS.....	65
9.1 Procedimentos Disciplinares – Quantitativo.....	65
9.2 Procedimentos Disciplinares – Detalhamento.....	65
10 EIXO PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA 2^a INSTÂNCIA - DADOS E ESTATÍSTICAS - AJCRE	66
11 AÇÕES PREVISTAS PARA 2026.....	67
ANEXO 1 - Organograma da Corregedoria Regional Eleitoral de Minas Gerais	68
ANEXO 2 - Estrutura da Corregedoria Regional Eleitoral de Minas Gerais	69
ANEXO 3 - Comitês, Comissões e Grupos de Trabalho integrados pela Corregedoria Regional Eleitoral de Minas Gerais	75
ANEXO 4 – Participação da Corregedoria Regional Eleitoral de Minas Gerais em eventos	78
ANEXO 5 - Provimentos da Corregedoria Regional Eleitoral de Minas Gerais em 2025	81
ANEXO 6 - Portarias da Corregedoria Regional Eleitoral de Minas Gerais em 2025	81
ANEXO 7 - Ofícios-Circulares da Corregedoria Regional Eleitoral de Minas Gerais em 2025	87

1. Apresentação

As atividades da Corregedoria Regional Eleitoral de Minas Gerais estão fundamentadas na Resolução TSE nº 23.742/2024, que fixa as atribuições das Corregedorias Regionais. Como normas supletivas, aplicam-se a Resolução TRE-MG nº 1.277, de 2024 (Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral) e a Res. 1.072, de 2018 (Regulamento da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral).

Até o encerramento do ano judiciário, a Corregedoria-Geral e as Corregedorias Regionais apresentarão, à Presidência do tribunal respectivo, seu Relatório Anual de Atividades, contemplando ações, projetos, dados estatísticos e outras informações relevantes a respeito do desempenho das atribuições da Corregedoria.

Neste ano de 2025, a Corregedoria Regional Eleitoral de Minas Gerais elegeu como prioridades o diálogo e a integração com os cartórios eleitorais do Estado, por considerar as pessoas como premissas das instituições públicas, do processo eleitoral e do sistema democrático. São as pessoas que formam equipes de trabalho, que constituem comunidades políticas e que se vinculam em projetos coletivos de futuro.

As zonas eleitorais são a unidade basilar da Justiça Eleitoral, associadas a seu respectivo eleitorado. É para os eleitores que a Justiça Eleitoral realiza o serviço de atendimento, registra os candidatos, monitora as campanhas e as propagandas, prepara as urnas e os locais de votação, processa os feitos que garantem a legitimidade e a normalidade do pleito.

E são as pessoas nos cartórios eleitorais – magistrados e servidores – que tornam as eleições possíveis. Com trabalho duro e profundo comprometimento institucional, precisam vencer, por vezes, as dificuldades que a distância da sede impõe. Com as pessoas, a Corregedoria Regional Eleitoral precisa atuar em estreita parceria, irmados no propósito de prestar um serviço de excelência.

Com esse espírito, a Corregedoria Regional Eleitoral de Minas Gerais intensificou o diálogo com magistrados e servidores das zonas eleitorais, por meio de reuniões virtuais e de visitas presenciais. Para consolidar as ações já implantadas em anos anteriores e avançar em novos projetos, é fundamental escutar. Como mineiros, sabemos do poder que a boa conversa tem para compreender perspectivas diversas e para encontrar soluções efetivas.

A articulação com as demais unidades da Secretaria foi outra diretriz observada no ano de 2025. Vai longe o tempo em que as Corregedorias eram vistas como instâncias fechadas e isoladas nos Tribunais. A gestão pública moderna demanda atuação em rede, para evitar retrabalho e desperdício de esforços. Assim, a Corregedoria Regional Eleitoral de Minas Gerais tem atuado nos projetos decorrentes da Avaliação das Eleições 2024, com vistas ao aprimoramento do próximo pleito. E tem colaborado no Plano Integrado da Biometria, oferecendo o suporte técnico ao atendimento eleitoral. Lidera, ainda, comissões

e grupos de trabalho relacionados à gestão do acervo processual da primeira instância e à inclusão de pessoas em situação de rua, pessoas com deficiência e presos provisórios.

A parceria com entidades externas também se fez presente, com o envolvimento da Ordem dos Advogados do Brasil nas inspeções de ciclo e com o estreitamento da parceria com a Polícia Federal e com a Polícia Civil, para o bom andamento das investigações eleitorais.

A inovação foi outro valor perseguido em 2025, na busca por soluções que significassem dinamização, racionalização e melhoria dos fluxos de trabalho. Nessa linha, foi efetivada a interoperabilidade entre o PJe e o sistema da Polícia Civil, para superar a necessidade de tramitação de autos físicos de inquéritos e peças investigativas. Foi elaborado o painel de Atendimento ao Cidadão, que apresenta os dados diários sobre atendimento de eleitores, para melhor gerenciamento das zonas eleitorais. E desenvolvida a Trilha de Aprendizagem sobre o PJe, com práticas docentes modernas.

Todo esse trabalho só é possível porque se sustenta no compromisso institucional e na capacidade de entrega das pessoas que formam a Corregedoria Regional Eleitoral de Minas Gerais. Assim, uma das prioridades do ano de 2025 foi o fortalecimento das equipes da CRE-MG, com a chegada de novas servidoras e novos servidores e com estratégias de desenvolvimento de lideranças internas.

Como principais desafios para o futuro, destacam-se a necessidade de melhoria dos indicadores processuais relacionados ao Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais e às metas do CNJ; a conveniência de revisar alguns indicadores dos planejamentos táticos da Corregedoria e das Áreas Judiciais, para permitir seu efetivo monitoramento; a elaboração de diagnóstico mais robusto das zonas eleitorais, cruzando fatores diversos como situação de pessoas, de imóveis, de gestão processual e de atendimento aos eleitores; e a importância de seguir aperfeiçoando as estratégias de comunicação eficiente com magistrados e servidores das zonas eleitorais.

Apresento, portanto, o relatório das iniciativas desenvolvidas na Corregedoria Regional Eleitoral de Minas Gerais durante o ano de 2025, com a expectativa de que as ações realizadas contribuam para a integridade institucional e para o fortalecimento da Justiça Eleitoral Mineira.

Belo Horizonte, 15 de dezembro de 2025.

Desembargador Carlos Henrique Perpétuo Braga
Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral

2. PRINCIPAIS AÇÕES E PROJETOS EM 2025

2.1 Programa Integra

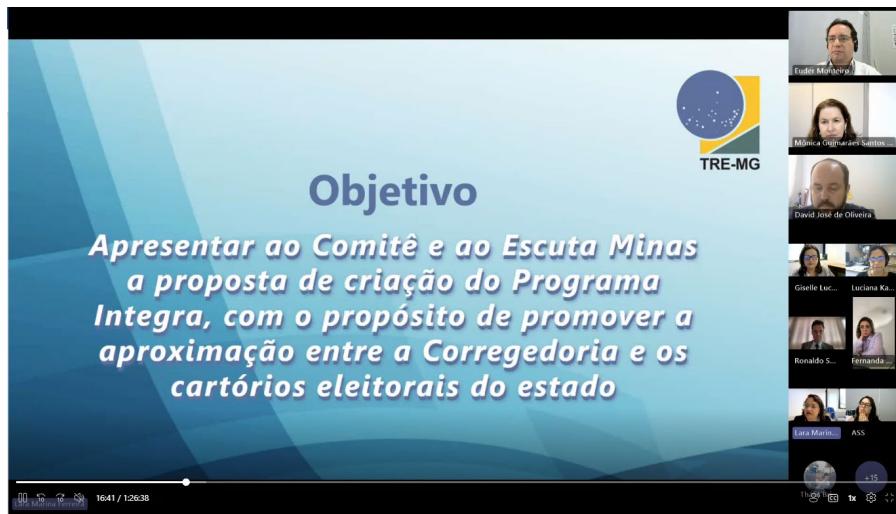


Por meio do Provimento CRE nº 2, de 2025, foi instituído o Programa Integra, com o objetivo de promover a aproximação entre a Corregedoria Regional Eleitoral e os cartórios eleitorais, para fortalecer práticas colaborativas de governança e de gestão.

O Programa, estruturado em conjunto coordenado de iniciativas, constitui evolução da Ação Integra, instituída pelo Provimento CRE nº 2, de 2024 para realizar reuniões virtuais de acolhimento aos magistrados recém-designados para o exercício da jurisdição eleitoral. A prática foi apresentada no 57º Encontro de Corregedoras e Corregedores Eleitorais, realizado em Boa Vista.

São objetivos do Programa Integra, entre outros:

1. desenvolver estratégias específicas para assegurar a comunicação eficiente com os Juízes Eleitorais e destes com as equipes dos cartórios eleitorais;
2. elaborar protocolo de orientação e comunicação com as zonas eleitorais, com a definição dos canais adequados e das premissas de linguagem e de tratamento respeitoso;
3. desenvolver iniciativas de incentivo à autonomia e ao autogerenciamento das zonas eleitorais, além de fomentar a integração e a articulação com o Comitê Gestor Regional de Priorização do 1º Grau de Jurisdição, o Grupo Escuta Minas e as demais unidades da Secretaria do Tribunal;
4. realizar visitas presenciais ou encontros virtuais com os cartórios eleitorais, com o objetivo de conhecer suas realidades e promover o fortalecimento institucional.



Reunião virtual em 26/09/2025



Visita ao cartório da 263ª ZE de Sete Lagoas



Visita ao cartório da 206ª ZE de Paraopeba



Visita ao cartório da 100ª ZE de Curvelo



Reunião de abertura da inspeção de ciclo.



Visita ao cartório da 217ª ZE Piranga



Reunião de abertura da inspeção de ciclo.
Cartório da 284ª ZE Visconde do Rio Branco



Carta de Boa Vista encerra o 57º Encontro do Colégio de Corregedores

2.2 Projeto Conexão CRE



Como desdobramento do Programa Integra, a Corregedoria Regional Eleitoral de Minas Gerais instituiu o Projeto Conexão, por meio do Provimento CRE nº 3, de 2025. O Conexão tem o objetivo de apresentar, de forma detalhada, em *lives* e reuniões virtuais, orientações e temas relacionados às atividades administrativas e jurisdicionais das zonas eleitorais.

Os temas das reuniões poderão ser sugeridos à Secretaria da Vice-Presidência e da Corregedoria Regional Eleitoral pelas unidades da Corregedoria, pelos cartórios eleitorais, pelas unidades do Tribunal, pelo Comitê Gestor Regional de Priorização do 1º Grau de Jurisdição ou pelo grupo Escuta Minas. As exposições observarão as diretrizes de acessibilidade e utilizarão linguagem simples e didática, promovendo a interação com os participantes por meio de *chat* ou de outras ferramentas.

Em dezembro de 2025, foi realizada a primeira *live* do projeto, sobre o tema *Juiz das Garantias e Tramitação dos Procedimentos de Investigação Criminal*.



Live Juiz das Garantias e Tramitação dos Procedimentos de Investigação Criminal, em 10/12/2025

2.3 Rodas de Conversa e Ação Integra

Também como decorrência do Programa Integra, a Corregedoria Regional Eleitoral de Minas Gerais realizou, em 2025, três rodas de conversa virtuais com magistrados e chefes de cartórios de 115 (cento e quinze) zonas eleitorais do estado, das regiões Oeste de Minas, Central Mineira, Campos das Vertentes e Zona da Mata.

Nos encontros, o Corregedor destacou o objetivo de promover diálogo e aproximação com as zonas eleitorais, para escutar as demandas e conhecer as diversas realidades. Foram ainda destacados aspectos importantes relacionados à gestão de pessoas nos cartórios, para prevenir conflitos e situações de assédio, e estratégias para a gestão do acervo processual dos cartórios.

As atribuições das unidades da Corregedoria foram apresentadas e coletadas sugestões dos cartórios eleitorais, tais como: necessidade de esclarecimentos sobre as metas do CNJ e os meios de acompanhamento; desenvolvimento de equipamento simplificado para promover o atendimento itinerante e estabelecimento de canais de comunicação mais eficientes com Juízes e zonas eleitorais.

Além das rodas de conversa, foram realizadas 4 (quatro) reuniões virtuais com magistrados recém-designados para o exercício da jurisdição eleitoral – a Ação Integra, prevista no Provimento CRE nº 2, de 2024. Em 2025, 128 (cento e vinte e oito) magistrados participaram da ação.



Roda de Conversa Integra ocorrida no dia 10/12/2025.

2.4 Inspeções presenciais e visitas aos cartórios eleitorais

As inspeções de ciclo, realizadas em atendimento ao Provimento CGE nº 2, de 2023, são frequentemente realizadas na modalidade virtual. Neste ano de 2025, alinhadas com o propósito de promover a aproximação com as zonas eleitorais, foram realizadas 3 (três) inspeções na modalidade semipresencial: na 284ª Zona Eleitoral, de Visconde do Rio Branco; na 160ª Zona Eleitoral, de Lavras e na 95ª Zona Eleitoral, de Corinto.

Assim, para a realização da reunião de abertura das inspeções, o Corregedor Regional Eleitoral, acompanhado pelo Juiz Auxiliar e pela equipe da CRE, esteve presente nesses cartórios eleitorais para colher sugestões dos representantes do Ministério Público Eleitoral, da Ordem dos Advogados do Brasil e para apresentar, aos magistrados e servidores dos cartórios eleitorais, a metodologia da inspeção. A efetiva participação da OAB-MG nas inspeções eleitorais passou a ser frequente, em decorrência de aproximação institucional realizada pela Corregedoria com a Comissão de Direito Eleitoral da OAB-MG no ano de 2025.

No caminho das zonas a serem inspecionadas, o Corregedor visitou cartórios eleitorais para conhecer os magistrados, as equipes, os imóveis e também para escutar sugestões e conhecer os desafios enfrentados. Foram visitados, em 2025, os cartórios da 87ª e da 88ª Zonas Eleitorais, de Conselheiro Lafaiete, da 217ª Zona Eleitoral, de Piranga, da 197ª Zona Eleitoral, de Oliveira, da 216ª Zona Eleitoral, de Perdões, da 263ª, 264ª e 322ª Zonas Eleitorais, de Sete Lagoas, da 206ª Zona Eleitoral, de Paraopeba e da 100ª Zona Eleitoral, de Curvelo.



Corregedoria visita os cartórios de Lavras, Oliveira e Perdões (do alto, em sentido horário).

2.5 Divulgação da Autoinspeção 2025

Como forma de aperfeiçoar a realização da autoinspeção pelas zonas eleitorais, foi realizado plano de divulgação da Autoinspeção Anual de 2025. Por meio do Ofício-Circular CRE nº 4, de 2025 foram inseridas as principais orientações sobre o procedimento, o qual foi seguido por campanha de divulgação, que incluiu gravação de vídeo pelo Corregedor Regional Eleitoral.

Também fizeram parte da campanha diversas publicações com orientações e lembretes quanto aos prazos do procedimento e também a realização de *webinar*.

Como resultado, todos os procedimentos de Autoinspeção Anual das 304 (trezentas e quatro) zonas eleitorais foram finalizados no sistema SinCo dentro do prazo e não houve pedidos de adiamento do procedimento.



Webinar sobre Autoinspeção Anual.

2.6 Painel Monitoramento do Atendimento ao Cidadão

O Painel de Monitoramento do Atendimento ao Cidadão foi criado para apoiar as zonas eleitorais no monitoramento do atendimento, desde a reabertura do Cadastro Eleitoral até o mês subsequente ao seu fechamento, no ano par seguinte. A ferramenta consolida e apresenta os dados de forma clara, permitindo que cada zona avalie seu desempenho e oriente, com maior precisão, suas ações de gerenciamento.

A utilização do Painel, juntamente com o Roteiro de Gerenciamento do Atendimento, disponibilizado aos cartórios, contribui para identificar os municípios com menor cobertura de atendimento em relação ao seu eleitorado, incentivar a ampliação gradual dos atendimentos em anos não eleitorais e fomentar parcerias que ampliem o alcance do serviço, especialmente em localidades mais distantes da sede do cartório.

Os normativos que divulgaram a implementação e o uso da ferramenta são: Comunicado nº 6, de 2025, que divulgou a *live* sobre o Painel e o gerenciamento do atendimento; Comunicado nº 7, de 2025, que disponibilizou o Painel e o respectivo roteiro de gerenciamento e Comunicado nº 13, de 2025, que disponibilizou o formulário para coleta de informações sobre convênios, parcerias e ações das zonas eleitorais.

Painel de Monitoramento do Atendimento ao Cidadão

2.7 Apoio ao Plano Integrado da Biometria

O Plano Integrado de Biometria para o período de 2025 – 2026 no Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais foi instituído pela Portaria nº 137, de 17 de julho de 2025, da Presidência, cabendo ao Comitê de Acompanhamento e Gestão do Cadastramento Biométrico do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, instituído pela Portaria nº 52, de 8 de abril de 2024, da Diretoria-Geral, coordenar e monitorar sua execução.

No Plano, compete à Corregedoria Regional Eleitoral de Minas Gerais a coordenação dos seguintes eixos:

1. Gestão dos magistrados e das zonas eleitorais, para estimular a participação de Juízes Eleitorais no projeto da biometria, acompanhar a atuação dos magistrados nas zonas eleitorais no que se refere ao projeto e regulamentar o atendimento de acordo com as diretrizes institucionais. Nessa linha, foram expedidos ofícios aos magistrados e às zonas eleitorais sobre o projeto da Biometria e o tema passou a ser abordado nas reuniões de abertura das inspeções e nas reuniões virtuais do Programa Integra. Também nesse eixo foram realizadas ações de estímulo ao atendimento itinerante, como a proposta de revisão da Resolução TRE-MG nº 770, de 2009, e a elaboração de plano de divulgação das ações realizadas pelas zonas eleitorais;
2. Gestão do BioEx, para acompanhar e avaliar estratégias de expansão da identificação biométrica do eleitorado a partir da formalização de convênios, pela Justiça Eleitoral, com órgãos públicos de identificação civil, visando ao aproveitamento de dados biométricos anteriormente coletados por esses órgãos.



Dirigentes do TRE reúnem-se com juízes eleitorais de Belo Horizonte.



TRE aprova plano integrado para ampliar a biometria em Minas Gerais.



Dirigentes do TRE-MG acompanham atendimento na Caravana da Biometria.

2.8 Desenvolvimento de ações decorrentes da Avaliação das Eleições 2024



Avaliação das ELEIÇÕES 2024

Do processo de Avaliação das Eleições 2024, entre as diversas sugestões encaminhadas pelas zonas eleitorais, pelos representantes da Secretaria e pelos Juízes Eleitorais, 7 (sete) foram encaminhadas para análise e providências pela Corregedoria Regional Eleitoral de Minas Gerais.

Dessas, 3 (três) sugestões são referentes ao âmbito de atuação do Tribunal Superior Eleitoral, sobre regras para designação de magistrados e atualizações do sistema ELO e, por essa razão, foram encaminhadas ao Colégio de Corregedoras e Corregedores Eleitorais.

Com relação às outras 4 (quatro) iniciativas, 2 (duas) se referem a ações de estímulo ao atendimento itinerante, inseridas no âmbito do Comitê de Acompanhamento e Gestão do Cadastramento Biométrico do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, instituído pela Portaria nº 52, de 8 de abril de 2024, da Diretoria-Geral, que também conta com participação da Corregedoria Regional Eleitoral de Minas Gerais.

Assim, as 2 (duas) iniciativas restantes são conduzidas, como propostas de projetos, por esta Corregedoria Regional Eleitoral: (i) planejamento do fechamento de cadastro para as Eleições 2026 - Regulamentação do atendimento e das filas; (ii) proposta de atuação de grupo de servidores especializado para auxiliar na atividade jurisdicional, considerada sua sazonalidade.

2.9 Trilha PJe

A trilha do PJe é uma das ações resultantes do "Projeto PJe" desenvolvido em conjunto com o Laboratório de Inovação e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (LIODS) com o objetivo de suprir as lacunas de aprendizado relativas ao uso do PJe pelas zonas eleitorais. Por meio do projeto, iniciado em 2025, serão aplicadas metodologias e formas de abordagem inovadoras, com a elaboração de material com uso da linguagem simples, além de outros materiais didáticos e de fácil entendimento que possam ser utilizados em oficinas de trabalho junto aos cartórios eleitorais.

Nessa linha, a trilha de aprendizagem está sendo desenvolvida em parceria com a Escola Judiciária Eleitoral e será composta por módulos progressivos de aprendizagem (básico, intermediário e avançado), voltados a temas e níveis de dificuldade específicos. Estão sendo desenvolvidos textos orientativos, cartilhas, *checklists*, vídeos tutoriais curtos, além de um banco de modelos de documentos.

2.10 Interoperabilidade PJe e PCnet

Trata-se de ação que visa a implantação da interoperabilidade entre o sistema da Polícia Civil de Minas Gerais - PCNet -, desenvolvido pela PRODEMGE, e o serviço MNI-PJe, mantido pelo c. Tribunal Superior Eleitoral – TSE, superando assim a necessidade de tramitação de autos físicos.

O projeto se encontra em fase final de testes, que estão sendo realizados com os processos do 2º Núcleo de Garantias de Uberlândia e com os processos da 340ª Zona Eleitoral, municípios de Nova Ponte e Santa Juliana.

Encerrada essa fase, serão encaminhadas orientações aos delegados e servidores para ampliação geral da interoperabilidade em todo o território mineiro, as instruções sobre as cópias dos processos que, porventura, estejam com a carga da Polícia Civil e edição de normativo instrutivo a ser direcionado a delegados, magistrados e servidores.

2.11 Gestão Processual Estratégica

O projeto visa atender ao macroobjetivo da excelência na prestação jurisdicional, no que diz respeito à atuação do Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral como Juiz Membro da Corte Eleitoral. Tem por premissas (i) a racionalização procedural, (ii) a otimização do aproveitamento da força de trabalho dedicada ao assessoramento jurídico da autoridade e (iii) a incorporação de princípios e técnicas voltadas à gestão de riscos da atividade jurisdicional.

A unidade negocial é a Assessoria Jurídica da Corregedoria Regional Eleitoral — AJCRE —, em colaboração com unidades da Secretaria para fornecer informações técnicas que subsidiam os estudos, o planejamento e o saneamento de inconsistências detectadas no PJe.

O projeto se encontra em fase de estruturação formal e já conta com o desenvolvimento e a implantação, pela Secretaria da Presidência e Judiciária e a pedido da Corregedoria-Regional Eleitoral, do Painel Gestão do Acervo Processual. A ferramenta supre a impossibilidade de consulta, no PJe, da data de conclusão dos autos, marco temporal para aferir o tempo de tramitação de processos. Após êxito nos testes no âmbito da AJCRE, foi disponibilizada para todos os Gabinetes de Juízes Membros e, em uma próxima etapa, será avaliada sua aplicação no 1º grau de jurisdição.



Visão geral do Painel do Acervo Processual. Acervo da 2^a Instância

2.12 Gestão de riscos em Processos de Prestação de Contas Partidárias (PC-PP) e Cumprimento de Sentença (CumSen)

O projeto, desenvolvido pela Assessoria Jurídica da CRE, tem enfoque na (i) prevenção de nulidades processuais, na (ii) eficiência dos atos processuais e na (iii) eliminação do tempo morto após o trânsito em julgado da prestação de contas.

No diagnóstico, detectaram-se inconsistências na tramitação de processos de prestação de contas partidárias e em cumprimentos de sentença de Relatoria da Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral, passíveis de imediata solução.

Assim, estabeleceu-se procedimento padrão para as providências de ofício subsequentes ao trânsito em julgado dos acórdãos em PC-PP, até a determinação de baixa, em despacho único, evitando-se incorreta evolução para a classe para CumSen em razão de peticionamento da parte devedora e assegurando-se imediata comunicação da União quanto à constituição do crédito, para providências administrativas ou judiciais.

Destaca-se que uma das ações realizadas consistiu na identificação de inconsistência no parâmetro de aferição da Meta 2 no painel do CNJ. O achado foi reportado à unidade técnica competente e, após ajuste, verificou-se o atendimento daquela meta pela 2^a instância do TRE-MG.

2.13 Desenvolvimento de lideranças e gestão de pessoas na CRE-MG

Como se sabe, o quadro estrutural de quantitativo insuficiente de servidores desafia o bom andamento de toda a Justiça Eleitoral, que tem enfrentado desafios contemporâneos relacionados ao mundo do trabalho em geral, no serviço público em particular e ainda ao ambiente político-institucional.

Nesse contexto, a gestão de pessoas na Corregedoria Regional Eleitoral apresenta dificuldades específicas, vez que se trata da unidade com a atribuição de apoiar, orientar e controlar o serviço eleitoral no estado, exercer a fiscalização e as atividades correicionais determinadas por normativos do TSE e do CNJ, processar e decidir as infrações disciplinares em face de magistrados e servidores, entre outros.



Por essa razão, além da articulação estreita com a Secretaria de Gestão de Pessoas para a identificação de pessoas com perfil adequado, o ano de 2025 foi marcado pela realização de iniciativas de desenvolvimento dos gestores da Corregedoria, com calendário de reuniões estratégicas mais frequentes e a realização de reuniões formativas, para desenvolvimento de temas como delegação e *feedback*, gestão de conflitos e *stress*, estratégias de comunicação assíncrona, uso de Inteligência Artificial (IA) e outras estratégias para melhoria dos fluxos de trabalho.

Foi também formalizado o pedido de elaboração de matriz de risco na gestão de pessoas da Corregedoria Regional Eleitoral de Minas Gerais, com vistas à identificação de pontos especialmente sensíveis e estratégias de médio e longo prazo a serem desenvolvidas.



Corregedoria promove reunião de alinhamento para iniciar a gestão.

3. RESULTADOS DA CRE NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TRE-MG

3.1 Objetivos estratégicos PETRE 2021-2026

O Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais – PETRE, conforme Resolução TRE nº 1.183, de 1º de julho de 2021 e Portaria nº 75, de 1º de julho de 2021, da Diretoria-Geral, é um instrumento de gestão que estabelece o direcionamento institucional do Tribunal, com seus objetivos, indicadores e metas, buscando a modernização da administração e o aperfeiçoamento profissional contínuo.

A Corregedoria Regional Eleitoral, em conjunto com a Secretaria da Presidência e Judiciária, é responsável pelo monitoramento de 4 (quatro) indicadores do PETRE 2021-2026 do TRE-MG, que se relacionam a 2 (dois) objetivos estratégicos:

Objetivo estratégico nº 4: Assegurar agilidade e produtividade na prestação jurisdicional

Indicador 4.1: Índice de julgamento de processos de conhecimento, que corresponde à Meta 1 do CNJ

Meta: maior ou igual a 100%

Resultado primeira instância: 92,23%*

*Dados do Painel Justiça em Números CNJ em 31.10.2025

Indicador 4.2: Índice de julgamento de processos antigos, que corresponde à Meta 2 do CNJ

Meta: maior ou igual a 100%

Resultado primeira instância: 136,96%*

*Dados do Painel Justiça em Números CNJ em 16.09.2025

Indicador 4.3: Taxa de congestionamento líquida

Meta: menor que 30%

Resultado primeira instância: 15,38*

*Dados do Painel Justiça em Números CNJ em 31.10.2025

Objetivo estratégico nº 7: zelar pela integridade administrativa e pelo enfrentamento aos ilícitos eleitorais

Indicador 7.1: Índice de julgamento dos processos relativos aos crimes contra a Administração Pública, improbidade administrativa e ilícitos eleitorais, que corresponde à Meta 4 do CNJ.

Meta: maior ou igual a 100%

Resultado primeira instância: 177,34*

*Dados do Painel Justiça em Números CNJ em 31.10.2025

3.2 Planejamento Tático da CRE-MG

Ademais, as ações também devem responder ao Plano Tático elaborado pela Corregedoria Regional Eleitoral de Minas Gerais, que apresenta 4 (quatro) objetivos de contribuição, com seus respectivos indicadores:

Objetivo de Contribuição 1: Orientar e fiscalizar as zonas eleitorais para devida prestação do atendimento ao eleitor.

Indicador 1.1: Índice de conversão de solicitações web “aguardando atendimento” em RAE no prazo.

Meta: Converter, anualmente, 90% de solicitações *web* localizadas na aba “aguardando atendimento” em RAE no prazo máximo de 5 dias úteis.

Resultado em 14.11.2025: 98,2%.

Mês	Títulos Net recebidos	Convertidos no prazo	% no prazo
Janeiro/2025	2.672	2.565	96,0%
Fevereiro/2025	2.121	2.071	97,6%
Março/2025	1.877	1.850	98,6%
Abril/2025	1.830	1.798	98,3%
Maio/2025	2.956	2.911	98,5%
Junho/2025	2.438	2.406	98,7%
Julho/2025	2.702	2.651	98,1%
Agosto/2025	2.746	2.713	98,8%
Setembro/2025	3.032	2.996	98,8%
Outubro/2025	3.722	3.658	98,3%
Ano	26.096	25.619	98,2%

Objetivo de Contribuição 2: Zelar pela segurança e fidedignidade do Cadastro Eleitoral.

Indicador 2.1: Quantidade de comunicações INFODIP com potencial de impacto em direitos políticos e/ou inelegibilidades.

Meta: Manter, anualmente, menos de 5 comunicações localizadas na aba “Em Processamento” de cada zona eleitoral no INFODIP.

Resultado em 14.11.2025: indicador não atendido, tendo sido registrado, a cada mês, ao menos uma zona nesta situação;

Objetivo de Contribuição 3: Orientar e fiscalizar as zonas eleitorais na movimentação e produtividade jurisdicional.

Indicador 3.1: Índice de correção de processos com informações de partes incompletas

Meta: Corrigir, anualmente, 90% dos processos do PJe que estejam com alguma das partes informadas com o símbolo #.

Resultado primeira instância em 14.11.2025: Não há partes cadastradas com # em 2024 nem em 2025. Foram regularizadas 100% das partes cadastradas com #;

Indicador 3.2: Índice de processos paralisados na tarefa “assinar ato” há mais de 10 dias.

Meta: Manter abaixo de 5% o percentual de processos paralisados na tarefa “Assinar ato” há mais de 10 dias.

Resultado primeira instância em 14.11.2025: atendido. Não houve período em que houvesse mais de 5 % de processos paralisados na referida tarefa;

Objetivo de Contribuição 4: Promover a função disciplinar dentro de suas competências.

Índice 4.1: Percentual de procedimentos disciplinares julgados no prazo.

Meta: Julgar, anualmente, 80% dos procedimentos disciplinares no prazo máximo de 140 dias.

Resultado em 14.11.2025: Atendido. Dos 6 processos julgados: 0017441-44.2024.6.13.8000, 0002670-27.2025.6.13.8000, 0017340-07.2024.6.13.8000, 0014585-10.2024.6.13.8000, 0001382-44.2025.6.13.8000 e 0017249-14.2024.6.13.8000, apenas 1(um) superou o prazo, em razão de suspensão decorrente de decisão judicial).

3.3 Planejamento Tático Áreas Judiciais

Por fim, as ações de monitoramento e acompanhamento da gestão processual da primeira instância, realizadas pela Corregedoria Regional Eleitoral de Minas Gerais, devem observar o Plano Tático das Áreas Judiciais, que apresenta 2 (dois) objetivos de contribuição:

Objetivo de Contribuição 1: Processar e julgar as ações eleitorais, criminais e cíveis, de maneira célere e com a devida correção.

Indicador 1.1: Índice de processos conclusos há mais de 30 dias.

Meta: Reduzir, em 1%, em comparação ao exercício anterior correspondente (eleitoral ou não eleitoral), em cada instância, o índice de processos conclusos há mais de 30 dias.

Resultado primeira instância em 14.11.2025: não atingido;

Processos conclusos a mais de 30 dias					
2023		2024		2025	
janeiro	9	janeiro	8	janeiro	40
fevereiro	8	fevereiro	7	fevereiro	32
março	5	março	3	março	24
abril	5	abril		abril	20
maio	4	maio	1	maio	37
junho	6	junho	2	junho	98
julho	7	julho	3	julho	128
agosto	6	agosto	5	agosto	73
setembro	11	setembro	13	setembro	51
outubro	7	outubro	14	outubro	102
novembro	6	novembro	20	novembro	62
dezembro	7	dezembro	40	dezembro	
total	81	total	116		667

Indicador 1.2: Tempo médio de duração dos processos pendentes líquidos.

Meta: Reduzir, em 10%, em comparação ao exercício anterior correspondente (eleitoral ou não eleitoral), em cada instância, o tempo médio de duração dos processos pendentes líquidos.

Resultado primeira instância em 14.11.2025: não atingido. Em dezembro de 2024 o painel do CNJ indicava 97,91 dias e em outubro de 2025, 251 dias;

Objetivo de Contribuição 2: Julgar ações eleitorais criminais e cíveis que têm por objeto ilícitos eleitorais, com o objetivo de garantir a integridade administrativa.

Indicador 2.1: Tempo médio de duração dos processos pendentes líquidos da Meta 4.

Meta: Reduzir, em 10%, em comparação ao exercício anterior correspondente (eleitoral ou não eleitoral), em cada instância, o tempo médio de duração dos processos pendentes líquidos.

Resultado primeira instância em 14.11.2025: não contabilizado. Instrumento de medição não desenvolvido. Proposta de revisão do indicador tático;

Indicador 2.2: Índice de processos da Meta 4 conclusos há mais de 30 dias.

Meta: Reduzir, em 1%, em comparação ao exercício anterior correspondente (eleitoral ou não eleitoral), em cada instância, o índice de processos da Meta 4 conclusos há mais de 30 dias.

Resultado primeira instância em 14.11.2025: não contabilizado. Instrumento de medição não desenvolvido. Proposta de revisão do indicador tático.

4. METAS E DIRETRIZES ESTRATÉGICAS DAS CORREGEDORIAS

As Metas e Diretrizes Estratégicas do CNJ aplicam-se às Corregedorias de todos os segmentos de Justiça, em conformidade com as competências especificadas nos regimentos internos dos respectivos Tribunais ou Conselhos. Para o ano de 2025, estão previstas 3 (três) metas relacionadas aos procedimentos disciplinares.

Apresentam-se os números levantados, até o momento, desta Corregedoria Regional Eleitoral do TRE-MG. Registre-se que somente no 4º período de referência, que será enviado em janeiro ou fevereiro de 2026, é que será possível verificar o resultado final das metas.

META 1 – Baixar quantidade maior de procedimentos disciplinares do que os distribuídos no ano de 2025.

Resultado parcial (relativo ao 3º período de referência – 1º/01/2025 a 30/09/2025): 87%.

META 2 – Decidir 100% dos procedimentos disciplinares em curso nos Tribunais, que tenham sido distribuídos até 31/8/2024.

Resultado parcial (relativo ao 3º período de referência – 1º/01/2025 a 30/09/2025): 1950%.

META 3 – Decidir 80% dos procedimentos disciplinares no prazo de 140 (cento e quarenta) dias a partir da distribuição.

Resultado parcial (relativo ao 3º período de referência – 1º/01/2025 a 30/09/2025): 83%.

5. EIXO INSPEÇÕES E CORREIÇÕES - DADOS E ESTATÍSTICAS

5.1 Inspeções de Ciclo 2025

Inspeção de Ciclo é o procedimento de avaliação realizado pela Corregedoria Regional Eleitoral em zona eleitoral, destinado à verificação da regularidade dos serviços cartorários e a sua eventual correção. Os procedimentos estão disciplinados no [Provimento da CGE nº 2, de 2023](#) e no [Provimento CRE nº 4, de 2023](#).

Para 2025, foi elaborado o cronograma, disponibilizado pelo [Edital CRE nº 1/2024](#), que foi alterado pelos [Editais CRE nº 1/2025](#) e [nº 2/2025](#), contemplando a inspeção de ciclo em 25 (vinte e cinco) zonas eleitorais:

	Zona/Município	Período	Modalidade	Relatório finalizado	Plano de trabalho apresentado pela zona eleitoral
1.	270ª Teófilo Otoni	28 de janeiro a 10 de fevereiro	Virtual	12/03/25	Não
2.	269ª Teófilo Otoni	5 a 18 de fevereiro	Virtual	19/03/25	Não
3.	206ª Paraopeba	12 a 25 de fevereiro	Virtual	26/03/25	Não
4.	309ª Três Marias	12 a 25 de março	Virtual	24/04/25	Não
5.	012ª Alvinópolis	19 de março a 01 de abril	Virtual	28/04/25	Não
6.	054ª Buenópolis	2 a 15 de abril	Virtual	20/05/25	Não
7.	063ª Jaíba	23 de abril a 08 de maio	Virtual	09/06/25	Não
8.	100ª Curvelo	7 a 20 de maio	Virtual	12/06/25	Não
9.	120ª Grão Mogol	22 de maio a 6 de junho	Virtual	07/07/25	Não
10.	320ª Arinos	29 de maio a 11 de junho	Virtual	11/07/25	Não
11.	163ª Luz	10 a 25 de junho	Virtual	25/07/25	Não

12.	144 ^ª Jacinto	17 de junho a 2 de julho	Virtual	29/07/25	Não
13.	140 ^ª Itaúna	26 de junho a 9 de julho	Virtual	22/08/25	Não
14.	121 ^ª Guanhães	17 a 30 de julho	Virtual	29/08/25	Não
15.	239 ^ª Rio Pomba	29 de julho a 2 de agosto	Virtual	15/09/25	Não
16.	177 ^ª Minas Novas	07 a 22 de agosto	Virtual	24/09/25	Não
17.	190 ^ª Nanuque	13 a 27 de agosto	Virtual	26/09/25	Não
18.	211 ^ª Patrocínio	21 de agosto a 3 de setembro	Virtual	03/10/25	Não
19.	240 ^ª Rio Preto	4 a 17 de setembro	Virtual	19/10/25	Não
20.	284 ^ª Visconde do Rio Branco	30 de setembro a 13 de outubro	Semipresencial	18/11/25	Não
21.	247 ^ª Santa Maria do Suaçuí	14 a 29 de outubro	Virtual	--	
22.	313 ^º Contagem	23 de outubro a 7 de novembro	Virtual	--	
23.	090 ^ª Contagem	4 a 17 de novembro	Virtual	--	
24.	160 ^ª Lavras	11 a 26 de novembro	Semipresencial	--	
25.	095 ^ª Corinto	25 de novembro a 3 de dezembro	Semipresencial	--	

Encerrada a inspeção, os dados levantados são analisados pela equipe técnica, que elabora relatório a ser submetido e assinado pelo (a) Juiz (a) Auxiliar ou Corregedor Regional Eleitoral, com conclusão pela regularidade dos trabalhos cartorários, com o arquivamento do processo de inspeção, ou pela necessidade de providências para a resolução das irregularidades, estabelecendo-se prazo para tal, com o acompanhamento pela Corregedoria.

Em 2025 foram finalizados e arquivados 13 (treze) processos de Inspeção de Ciclo, sendo 6 (seis) iniciados em 2025, 6 (seis) iniciados em 2024 e 1 (um) iniciado em 2023.

5.1.1 Principais achados nas inspeções 2025

Temas	Detalhamento
PJe	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldade no gerenciamento do acervo processual, com vistas a alcançar as metas nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ); Equívocos nas autuações, com a utilização de classes erradas, partes sem documento e utilização equivocada da retificação da classe processual no lugar da evolução; Registros equivocados de movimentos, com impacto negativo nos indicadores do CNJ; Demora dos atos processuais; Sobreestamentos indevidos, muitas vezes sem determinação judicial; Ausência de atribuição de sigilo a documentos contendo dados pessoais.
LGPD	<p>Dificuldade em dar o tratamento adequado aos dados pessoais de eleitores, por meio do recurso da pseudoanimização, tanto em publicação de editais quanto em processos administrativos (SEI).</p>
Cadastro Eleitoral	<ul style="list-style-type: none"> A conversão de Títulos NET em RAE nem sempre é realizada dentro do prazo; <u>ASE 396-4</u> (eleitor com deficiência – dificuldade para o exercício do voto): não cumprimento da determinação de que os pedidos de certidão de quitação por tempo indeterminado sejam analisados por meio de Processo no PJe, na classe Regularização de Situação do Eleitor (RSE); <u>ASE 388</u> (transação penal eleitoral): demora no lançamento do ASE 388 no cadastro após a celebração da transação penal, o que pode vir a permitir que o eleitor receba novo benefício de forma indevida. É comum encontrar erros também no registro da data de ocorrência anotado, o que pode beneficiar ou prejudicar o eleitor, dependendo da situação; <u>ASE 230-1</u> (não apresentação das contas): ASE não inativado, mesmo após os eleitores candidatos terem prestado as contas; <u>ASE 442</u> (ausência aos trabalhos eleitorais ou abandono da função): ASE não inativado, mesmo após a justificativa de ausência ter sido aceita pelo Juiz Eleitoral,

	<p>ou ter ocorrido o pagamento das multas arbitradas. Também é comum a inativação do código sem apreciação judicial;</p> <p><u>ASE 264 (multa eleitoral)</u>: ASE 264 ativo para eleitores que se ausentaram dos trabalhos eleitorais ou que abandonaram a função, de maneira equivocada;</p> <p>Ausência de registro de ASEs como o 019 (falecimento), por exemplo, que pode gerar prejuízo ao Cadastro Eleitoral.</p>
Direitos Políticos	<p>O acesso e a análise da caixa de entrada do sistema INFODIP não realizados diariamente, em desconformidade com o disposto no artigo 42 do Provimento CRE nº 2, de 2022;</p> <p>Diligências feitas aos órgãos comunicantes pendentes por longos períodos, comprometendo assim a fidedignidade do Cadastro Eleitoral;</p> <p>Dificuldade no manuseio do sistema INFODIP, sendo comum encontrar comunicações na aba “em processamento”, sem finalização do tratamento dentro de um prazo razoável, bem como enorme quantidade de comunicações arquivadas manualmente, que, se tivessem sido tratadas da maneira correta, teriam sido arquivadas automaticamente, com menor chance de erros;</p> <p>Erros de ausência de registro de ASEs como os códigos 540 (ocorrência a ser analisada em pedido de registro de candidatura), 337 (suspensão dos direitos políticos) ou 370 (cessação de impedimento), ou registros com erro na data de ocorrência e/ou no complemento anotado.</p>
Justificativa Eleitoral	<p>Excesso de prazo para a apreciação dos requerimentos de justificativa, considerando o prazo de 20 (vinte) dias previsto no Ofício-Circular CRE n. 87, de 19/09/2022;</p> <p>Requerimentos recusados indevidamente, pois o comprovante anexado ensejaria análise da autoridade judicial, mesmo que para o indeferimento do pedido.</p>
Filiação Partidária	<p>Demora para providenciar registros no sistema Filia, bem como filiações e desfiliações registradas em datas erradas.</p>

5.1.2 Lista zonas inspecionadas nos anos anteriores do ciclo iniciado em 2024

Considerando-se o percentual mínimo de zonas a serem inspecionadas estabelecido no art. 34 do [Provimento CGE 02/2023](#), e a realização das Eleições Municipais, no ano de 2024, foram inspecionadas 12 (doze) zonas eleitorais.

	Zona/Município	Período	Modalidade
1.	195 ^ª Nova Resende	10 a 24 de janeiro	Virtual
2.	197 ^ª Oliveira	25 de janeiro a 7 de fevereiro	Virtual
3.	102 ^ª Divinópolis	22 de fevereiro a 6 de março	Virtual
4.	103 ^ª Divinópolis	29 de fevereiro a 13 de março	Virtual
5.	184 ^ª Montes Claros	18 de março a 3 de abril	Virtual
6.	185 ^ª Montes Claros	25 de março a 10 de abril	Virtual
7.	317 ^ª Montes Claros	8 a 17 de abril	Virtual
8.	52 ^ª Brumadinho	15 a 28 de maio	Virtual
9.	47 ^ª Bonfim	20 de maio a 6 de junho	Virtual
10.	250 ^ª Santos Dumont	30 de maio a 12 de junho	Virtual
11.	268 ^ª Teixeiras	8 a 19 de junho	Virtual
12.	001 ^ª Abaeté	13 a 26 de junho	Virtual

5.2 Autoinspeção Anual 2025

A autoinspeção anual é procedimento de avaliação periódica anual, efetivado pelo Juiz Eleitoral. O [Provimento CRE nº 4, de 2023](#) estabelece que deve ser feito entre 1º e 31 de março de cada ano.

Em 2025, encerrado o procedimento pelas 304 (trezentos e quatro) zonas eleitorais do Estado, os dados constantes do Relatório Consolidado de Autoinspeção, extraído do Sistema de Inspeções e Correções da Justiça Eleitoral — SinCo —, são analisados, apresentando-se as informações e sugestões para apreciação do Corregedor Regional Eleitoral.

5.3 Autoinspeções iniciais realizadas em 2025

A autoinspeção inicial é procedimento de rotina realizado pelo Juiz Eleitoral quando de sua assunção na jurisdição eleitoral.

A partir do recebimento de comunicação a respeito da posse das funções eleitorais por um novo Juiz ou Juíza, a Seção de Inspeções e Correções — SINSC — inicia os trabalhos para orientar as serventias, realizar a abertura do procedimento no SInCo (Sistema de Inspeções e Correções), do que decorre também o atendimento às demandas que surgirem, bem como o acompanhamento da realização e da finalização do procedimento, pela zona.

Em 2025, foram finalizados e/ou estão em andamento 88 (oitenta e oito) procedimentos de Autoinspeção Inicial.

ZE	Município-sede	Recebim. inform. da posse	Recebim. portaria	Abertura procedim. SInCo	Prazo de finalização SInCo	Inserção inform. finais no SEI
125 ^a	GUAXUPÉ	07.07.25	10.07.25	11.07.25	25.07.25	12.08.25
142 ^a	ITURAMA	08.07.25	18.07.25	18.07.25	05.08.25	12.08.25
011 ^a	ALTO DO RIO DOCE	10.07.25	15.07.25	16.07.25	29.07.25	12.08.25
272 ^a	TRÊS CORAÇÕES	24.07.25	13.08.25	13.08.25	15.08.25	19.08.25
022 ^a	BARÃO DE COCAIS	05.08.25	12.08.25	13.08.25	18.08.25	19.08.25
058 ^a	CAMANDUCAIA	04.08.25	06.08.25	06.08.25	15.08.25	19.08.25
176 ^a	MESQUITA	21.07.25	06.08.25	07.08.25	20.08.25	21.08.25
002 ^a	ABRE CAMPO	23.07.25	31.07.25	04.08.25	20.08.25	21.08.25
268 ^a	TEIXEIRAS	04.08.25	13.08.25	13.08.25	20.08.25	21.08.25
126 ^a	IBIÁ	05.08.25	13.08.25	13.08.25	20.08.25	21.08.25
302 ^a	CAPINÓPOLIS	04.08.25	12.08.25	13.08.25	20.08.25	21.08.25
180 ^a	MONTE AZUL	04.08.25	04.08.25	18.08.25	03.09.25	17.09.25
303 ^a	ESPERA FELIZ	18.08.25	20.08.25	21.08.25	03.09.25	17.09.25
149 ^a	JEQUITINHONHA	07.08.25	13.08.25	13.08.25	27.08.25	1º.09.25
266 ^a	TAIOBEIRAS	04.08.25	08.08.25	08.08.25	28.08.25	1º.09.25
285 ^a	SÃO ROMÃO	06.08.25	14.08.25	14.08.25	29.08.25	1º.09.25
267 ^a	TARUMIRIM	05.08.25	13.08.25	13.08.25	22.08.25	29.08.25
309 ^a	TRÊS MARIAS	05.08.25	14.08.25	14.08.25	22.08.25	1º.09.25

336 ^a	TURMALINA	04.08.25	14.08.25	14.08.25	28.08.25	1º.09.25
004 ^a	ÁGUAS FORMOSAS	04.08.25	18.08.25	19.08.25	26.08.25	1º.09.25
001 ^a	ABAETÉ	04.08.25	12.08.25	13.08.25	22.08.25	29.08.25
005 ^a	AIMORÉS	04.08.25	12.08.25	13.08.25	22.08.25	29.08.25
329 ^a	BONFINÓPOLIS DE MINAS	12.08.25	20.08.25	20.08.25	22.08.25	1º.09.25
144 ^a	JACINTO	04.08.25	15.08.25	18.08.25	22.08.25	29.08.25
320 ^a	ARINOS	05.08.25	12.08.25	13.08.25	03.09.25	17.09.25
150 ^a	JOÃO MONLEVADE	23.07.25	12.08.25	05.09.25	17.09.25	18.09.25
014 ^a	ANDRELÂNDIA	04.08.25	08.08.25	13.08.25	29.08.25	1º.09.25
094 ^a	CORAÇÃO DE JESUS	04.08.25	18.08.25	18.08.25	1º.09.25	1º.09.25
135 ^a	ITAMARANDIBA	04.08.25	13.08.25	13.08.25	27.08.25	1º.09.25
115 ^a	FRANCISCO SÁ	07.08.25	16.09.25	16.09.25	24.09.25	24.09.25
120 ^a	GRÃO MOGOL	04.08.25	13.08.25	13.08.25	26.08.25	1º.09.25
018 ^a	ARCOS	23.07.25	--	--	--	07.08.25
095 ^a	CORINTO	13.08.25	15.08.25	18.08.25	28.08.25	1º.09.25
082 ^a	CONCEIÇÃO DO ALAGOAS	07.08.25	20.08.25	20.08.25	29.08.25	1º.09.25
106 ^a	ENTRE RIOS DE MINAS	05.08.25	12.08.25	13.08.25	22.08.25	29.08.25
179 ^a	MONTE ALEGRE DE MINAS	07.08.25	25.08.25	26.08.25	27.08.25	1º.09.25
083 ^a	CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO	04.08.25	12.08.25	13.08.25	22.08.25	29.08.25
077 ^a	CARMO DO RIO CLARO	05.08.25	13.08.25	13.08.25	27.08.25	1º.09.25
046 ^a	BOM SUCESSO	05.08.25	08.08.25	13.08.25	25.08.25	1º.09.25
177 ^a	MINAS NOVAS	04.08.25	12.09.25	18.09.25	19.09.25	22.09.25
073 ^a	CARLOS CHAGAS	04.08.25	08.08.25	08.08.25	26.08.25	1º.09.25
050 ^a	BRASÍLIA DE MINAS	23.07.25	07.08.25	07.08.25	22.08.25	29.08.25
231 ^a	RAUL SOARES	12.08.25	14.08.25	14.08.25	29.08.25	1º.09.25
237 ^a	RIO PARDO DE MINAS	07.08.25	15.08.25	18.08.25	29.08.25	1º.09.25
206 ^a	PARAOPEBA	04.08.25	19.08.25	19.08.25	22.08.25	29.08.25
255 ^a	SÃO JOÃO DA PONTE	04.08.25	13.10.25	13.10.25	23.10.25	21.10.25

247 ^a	SANTA MARIA DO SUAÇUÍ	05.08.25	14.08.25	14.08.25	22.08.25	29.08.25
342 ^a	MONTALVÂNIA	07.08.25	19.08.25	19.08.25	29.08.25	1º.09.25
226 ^a	PORTEIRINHA	14.08.25	19.08.25	19.08.25	29.08.25	1º.09.25
196 ^a	NOVO CRUZEIRO	04.08.25	13.08.25	13.08.25	29.08.25	1º.09.25
234 ^a	RIO CASCA	04.08.25	06.08.25	06.08.25	19.08.25	29.08.25
245 ^a	SANTA BÁRBARA	24.07.25	19.08.25	19.08.25	29.08.25	1º.09.25
205 ^a	PARAISÓPOLIS	04.08.25	18.08.25	19.08.25	05.09.25	08.09.25
166 ^a	MANGA	04.08.25	06.08.25	06.08.25	22.08.25	29.08.25
339 ^a	JEQUERI	07.08.25	26.08.25	27.08.25	03.09.25	17.09.25
217 ^a	PIRANGA	06.08.25	13.08.25	13.08.25	21.08.25	17.09.25
216 ^a	PERDÕES	25.08.25	25.08.25	25.08.25	03.09.25	17.09.25
229 ^a	PRATA	04.08.25	27.08.25	27.08.25	03.09.25	17.09.25
326 ^a	UBERABA	07.08.25	12.08.25	13.08.25	29.08.25	1º.09.25
318 ^a	GOVERNADOR VALADARES	12.08.25	25.08.25	25.08.25	29.08.25	1º.09.25
299 ^a	UBERLÂNDIA	18.08.25	18.08.25	18.08.25	28.08.25	1º.09.25
164 ^a	MACHADO	07.08.25	14.08.25	14.08.25	02.09.25	17.09.25
253 ^a	SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ	18.08.25	20.08.25	20.08.25	28.08.25	1º.09.25
168 ^a	MANHUMIRIM	1º.09.25	25.09.25	25.09.25	10.10.25	13.10.25
071 ^a	CARATINGA	05.09.25	09.09.25	10.09.25	17.09.25	1º.09.25
187 ^a	MURIAÉ	15.09.25	24.09.25	24.09.25	03.10.25	07.10.25
043 ^a	BOA ESPERANÇA	16.09.25	03.10.25	03.10.25	10.10.25	13.10.25
114 ^a	FORMIGA	1º.09.25	15.09.25	15.09.25	24.09.25	24.09.25
212 ^a	PEÇANHA	17.09.25	19.09.25	19.09.25	03.10.25	07.10.25
254 ^a	SÃO GOTARDO	22.09.25	02.10.25	02.10.25	07.10.25	08.10.25
026 ^a	BELO HORIZONTE	06.10.25	10.10.25	10.10.25	24.10.25	24.10.25
209 ^a	PASSOS	26.09.25	08.10.25	08.10.25	17.10.25	
037 ^a	BELO HORIZONTE	13.10.25	16.10.25	17.10.25	24.10.25	24.10.25
129 ^a	IPANEMA	22.09.25	02.10.25	02.10.25	16.10.25	
310 ^a	VÁRZEA DA PALMA	31.10.25	31.10.25	10.11.25	28.11.25	

286 ^a	RIBEIRÃO DAS NEVES	21.10.25	31.10.25	03.11.25	12.11.25	13.11.25
035 ^a	BELO HORIZONTE	16.10.25	20.10.25	21.10.25	06.11.25	11.11.25
017 ^a	ARAXÁ	16.10.25	04.11.25	04.11.25	07.11.25	11.11.25
157 ^a	LAGOA SANTA	22.10.25	12.11.25	13.11.25	19.11.25	
081 ^a	CLÁUDIO	09.10.25	05.11.25	--	--	06.11.25
230 ^a	PRESIDENTE OLEGÁRIO	08.10.25	14.10.25	14.10.25	03.11.25	05.11.25
220 ^a	PIUMHI	10.10.25	28.10.25	29.10.25	05.11.25	05.11.25
054 ^a	BUENÓPOLIS	13.10.25	29.10.25	29.10.25	31.10.25	03.11.25
132 ^a	ITABIRA	13.11.25				
231 ^a	RAUL SOARES	13.10.25	--	--	--	13.10.25
174 ^a	MATOZINHOS	15.10.25	03.11.25	03.11.25	11.11.25	13.11.25
113 ^a	FERROS	15.10.25	23.10.25	24.10.25	05.11.25	05.11.25
193 ^a	NOVA ERA	15.10.25	03.11.25	03.11.25	05.11.25	05.11.25
348 ^a	IPATINGA	18.11.25	Não concluído	Não concluído	Não concluído	Aguarda envio da Portaria
038 ^a	BELO HORIZONTE	24.11.2025	28.11.2025	28.11.2025	2.12.2025	Aguarda finalização
059 ^a	CAMBUÍ	17.11.2025	8.11.2025	28.11.2025	12.12.2025	Aguarda finalização

6. EIXO ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO PROCESSUAL DA 1^a INSTÂNCIA - DADOS E ESTATÍSTICAS

6.1 Acervo Processual: visão geral da primeira instância – 2025

Quantitativo de processos	
Processos pendentes em 31.12.2024	55.952
Distribuídos 2025 (até 14 nov)	18.305
Julgados/Baixados 2025 (até 14 nov)	61.598
Processos pendentes em 2025 (em 14 nov)	12.659

Dados referentes a todos os processos que tramitam no PJE, independentemente das classes parametrizadas pelo CNJ para acompanhamento.

6.2 Programa Permanente de Acompanhamento das Zonas Eleitorais

O Programa Permanente de Acompanhamento, instituído pelo [Provimento CRE nº 3/2024](#), tem por objetivo principal o monitoramento de processos com excesso de prazo.

O acompanhamento teve início em 16/01/2025, com a inclusão das zonas eleitorais que apresentavam processos paralisados havia mais de 100 (cem) dias ou processos conclusos havia mais de 30 (trinta) dias.

Mensalmente, são extraídos relatórios para verificação da situação das zonas incluídas e, em sendo necessário, inclusão de outras serventias.

Mês	Quantitativo de zonas que ingressaram no Programa	Quantitativo de zonas que saíram do Programa	Quantitativo de zonas que Permaneceram no Programa
Janeiro	43	0	43
Fevereiro	25	0	68
Março	11	0	79
Abril	3	1	81
Maio	10	11	80
Junho	0	29	51
Julho	6	0	57
Agosto	12	15	54
Setembro	0	3	51
Outubro	5	3	53
Novembro	7	11	49

6.2.1 Lista - zonas que ingressaram no Programa em 2025

PROGRAMA PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DAS ZONAS ELEITORAIS NO TRE-MG					
ZE	MUNICÍPIO SEDE	ENTRADA	SAÍDA	NOVA ENTRADA	NOVA SAÍDA
3	AÇUCENA	ago/25			
6	AIURUOCA	jan/25			
7	ALÉM PARAÍBA	nov/25			
8	ALFENAS	jan/25			
12	ALVINÓPOLIS	mai/25	nov/25		
23	BARBACENA	ago/25	nov/25		
27	BELO HORIZONTE	ago/25			
39	BELO HORIZONTE	fev/25	jun/25		
43	BOA ESPERANÇA	jan/25			
59	CAMBUÍ	fev/25	ago/25		
63	JAÍBA	jan/25	out/25		
64	CAMPO BELO	out/25			
67	CAPELINHA	mai/25	out/25		
70	DIVINO	mar/25	ago/25		
71	CARATINGA	jan/25	abr/25		
73	CARLOS CHAGAS	jan/25			
76	CARMO DO PARANAÍBA	ago/25			
81	CLÁUDIO	fev/25	jun/25		
83	CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO	jan/25	mai/25	ago/25	
85	CONGONHAS	jan/25	ago/25		
89	CONSELHEIRO PENA	mar/25	nov/25		
90	CONTAGEM	jan/25	mai/25		
96	COROMANDEL	fev/25	jun/25	ago/25	
100	CURVELO	mai/25	ago/25		
103	DIVINÓPOLIS	ago/25			
104	DORES DO INDAIÁ	jan/25	mai/25		
107	ERVÁLIA	jul/25			
108	ESMERALDAS	mai/25			
117	GALILÉIA	mai/25			
121	GUANHÃES	fev/25	jun/25		
122	GUAPÉ	fev/25	jun/25		
125	GUAXUPÉ	jan/25	out/25		
126	IBIÁ	mai/25	nov/25		

128	INHAPIM	jul/25			
132	ITABIRA	jan/25			
140	ITAÚNA	jul/25			
141	ITUIUTABA	jan/25	mai/25		
142	ITURAMA	jan/25			
147	JANAÚBA	mar/25	ago/25		
148	JANUÁRIA	jul/25	nov/25		
149	JEQUITINHONHA	mai/25			
156	LAGOA DA PRATA	jan/25	ago/25		
161	LEOPOLDINA	nov/25			
167	MANHUAÇU	nov/25			
169	MANTENA	jan/25	set/25		
170	MAR DE ESPANHA	mar/25			
171	MARIANA	ago/25			
172	MATEUS LEME	fev/25	set/25		
173	MATIAS BARBOSA	fev/25	jun/25		
177	MINAS NOVAS	fev/25	jun/25		
179	MONTE ALEGRE DE MINAS	jan/25			
181	MONTE CARMELO	jan/25	nov/25		
182	MONTE SANTO DE MINAS	mar/25	ago/25		
183	MONTE SIÃO	jan/25	jun/25		
187	MURIAÉ	jan/25			
190	NANUQUE	jan/25			
196	NOVO CRUZEIRO	mar/25			
197	OLIVEIRA	mar/25			
200	OURO PRETO	jan/25	mai/25		
201	PALMA	fev/25	jun/25	nov/25	
202	PARÁ DE MINAS	nov/25			
205	PARAISÓPOLIS	jan/25	mai/25		
209	PASSOS	ago/25			
211	PATROCÍNIO	jan/25	jun/25		
213	PEDRA AZUL	fev/25	jun/25		
219	PITANGUI	jan/25	jun/25		
225	PONTE NOVA	abr/25	ago/25		
229	PRATA	mai/25	ago/25		
230	PRESIDENTE OLEGÁRIO	fev/25	ago/25		
232	RESENDE COSTA	mai/25	nov/25		

233	RESPLENDOR	jan/25			
235	RIO NOVO	mar/25	ago/25		
237	RIO PARDO DE MINAS	fev/25	nov/25		
239	RIO POMBA	jan/25	mai/25		
240	RIO PRETO	jan/25	nov/25		
241	SABARÁ	jan/25	jun/25	nov/25	
247	SANTA MARIA DO SUAÇUÍ	jan/25	mai/25		
248	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	out/25			
249	SANTO ANTÔNIO DO MONTE	mar/25	ago/25		
250	SANTOS DUMONT	jan/25			
253	SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ	jan/25	jun/25		
254	SÃO GOTARDO	jan/25	jun/25		
258	SÃO JOÃO NEPOMUCENO	jan/25	mai/25		
262	SERRO	fev/25	jun/25		
266	TAIOBEIRAS	fev/25	jun/25		
269	TEÓFILO OTONI	fev/25	jun/25	out/25	
270	TEÓFILO OTONI	jan/25			
280	UNAÍ	fev/25			
281	VARGINHA	jul/25			
282	VIÇOSA	mar/25	set/25		
283	VIRGINÓPOLIS	jan/25	mai/25	ago/25	
284	VISCONDE DO RIO BRANCO	jan/25	jun/25		
285	SÃO ROMÃO	jan/25	jun/25		
288	IBIRITÉ	abr/25			
293	PRATÁPOLIS	mai/25			
294	RIO VERMELHO	jul/25			
295	VAZANTE	fev/25	jun/25		
297	ITAPAGIPE	mar/25	ago/25		
300	CACHOEIRA DE MINAS	fev/25	jun/25		
302	CAPINÓPOLIS	out/25			
309	TRÊS MARIAS	jan/25	jun/25		
316	BETIM	jan/25	jun/25		
317	MONTES CLAROS	jan/25	mai/25		
318	GOVERNADOR VALADARES	fev/25	ago/25		
319	BETIM	ago/25	nov/25		
320	ARINOS	out/25			
321	RIBEIRÃO DAS NEVES	fev/25	jun/25		

324	BURITIS	jan/25	jun/25		
328	SÃO JOÃO DEL REI	fev/25	jun/25		
334	BELO HORIZONTE	abr/25	ago/25		
339	JEQUERI	fev/25	nov/25		
340	NOVA PONTE	ago/25			
342	MONTALVÂNIA	jan/25	jun/25	nov/25	
345	SANTA RITA DE CALDAS	fev/25	jun/25		
351	IBIRITÉ	fev/25			

6.3 Projeto Acervo Novo

Em continuação ao trabalho iniciado com a publicação do Provimento CRE nº 8, de 2024, que instituiu o Projeto "Acervo Novo", para a redução de número de processos antigos, foi publicado em 29/08/2025, o Provimento CRE nº 1, de 2025, cuja finalidade é a priorização de julgamento e baixa dos processos autuados até 31 de dezembro de 2023.

O novo Provimento estabelece a verificação da situação dos 413 (quatrocentos e treze) processos apontados inicialmente após 60 (sessenta) dias de sua publicação. O novo relatório expedido no final do mês de outubro de 2025 apontava 111 (cento e onze) processos remanescentes, o que equivale a uma redução de 73,12 % (setenta e três inteiros e doze centésimos por cento) no número de processos antigos autuados até 31/12/2023 e que não tiveram o primeiro julgamento.

O trabalho desenvolvido teve impacto direto no cumprimento da Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça em 2025, bem como no alcance de pontuação referente a processos antigos no Prêmio CNJ de Qualidade.

6.4 Projeto AVE Contas

O "Projeto AVE - SACEP/SEJUD", composto por servidores do AVE, da SACEP/CEP/SEL e SEJUD/COA/SCRE, visa apoiar a 1^a instância da Justiça Eleitoral na análise e no julgamento das prestações de contas eleitorais e prestações de contas anuais sem movimentação, nas zonas eleitorais com baixo quantitativo de servidores e elevado acervo de processos, a fim de dar cumprimento às metas 01 e 02 do CNJ. O Projeto foi iniciado em 28/04/2025, com prazo inicial de 6 meses, prorrogado por mais 6 meses.

Já foram realizadas quatro etapas, com 24 zonas eleitorais, resultando no julgamento de 3.821 processos de prestação de contas eleitorais.

Quantitativo de processos - Prestação de Contas Eleitorais e Anuais		
Processos pendentes em 31.12.2024	PC-PP 284	PCE 24.904*
Distribuídos 2025 (até 14 nov)	PC-PP 9.588	PCE 31
Julgados/Baixados 2025 - (até 14 nov)	PC-PP 6.893	PCE 22.618
Julgados/Baixados no Projeto 2025 - (até 14 nov)	**	PCE 3.821
Pendentes em 14.11.2025	PC-PP 2.695	PCE 2.358

* Número de processos remanescentes em 13/05/2024.

** O Projeto SACEP/SEJUD não registra essas informações sobre PC-PP e não há relatórios específicos sobre esses números.

6.4.1 Lista de zonas eleitorais que participaram do Projeto em 2025

Zona	Início no projeto	Situação no projeto*
047ª ZE - Bonfim	13/05/2025	Apoio finalizado
128ª ZE - Inhapim	13/05/2025	Apoio finalizado
159ª ZE - Lambari	13/05/2025	Apoio finalizado
257ª ZE - São João Evangelista	13/05/2025	Apoio finalizado
269ª ZE - Teófilo Otoni	13/05/2025	Apoio finalizado

270 ^ª ZE - Teófilo Otoni	13/05/2025	Apoio finalizado
268 ^ª ZE - Teixeiras	21/07/2025	Apoio finalizado
052 ^ª - Brumadinho	21/07/2025	Apoio finalizado
072 ^ª - Caratinga	21/07/2025	Apoio finalizado
100 ^ª - Curvelo	21/07/2025	Apoio finalizado
179 ^ª - Monte Alegre de Minas	21/07/2025	Apoio finalizado
125 ^ª - Guaxupé	21/07/2025	Apoio finalizado
342 ^ª ZE - Montalvânia	28/08/2025	Projeto em execução
285 ^ª ZE - São Romão	28/08/2025	Projeto em execução
294 ^ª ZE - Rio Vermelho	28/08/2025	Projeto em execução
33 ^ª ZE - Resplendor	28/08/2025	Projeto em execução
248 ^ª ZE - Santa Rita do Sapucaí	28/08/2025	Projeto em execução
310 ^ª ZE - Várzea da Palma	28/08/2025	Projeto em execução
283 ^ª ZE - Virginópolis	28/08/2025	Projeto em execução
097 ^ª ZE - Coronel Fabriciano	22/09/2025	Projeto em execução
107 ^ª ZE - Ervália	22/09/2025	Projeto em execução
008 ^ª ZE - Alfenas	22/09/2025	Projeto em execução
098 ^ª ZE - Timóteo	22/09/2025	Projeto em execução
054 ^ª ZE - Buenópolis	22/09/2025	Projeto em execução

6.5 Indicadores processuais - Prêmio CNJ de Qualidade 2025

O Prêmio CNJ de Qualidade é concedido anualmente durante o Encontro Nacional do Poder Judiciário e consolida-se como um importante instrumento de valorização da boa governança, da gestão estratégica, da inovação e da transparência no Poder Judiciário. A Edição de 2025 foi regulamentada pela Portaria CNJ nº 411, de 2024.

É realizado trabalho de acompanhamento do Eixo Produtividade, composto pelos seguintes indicadores:

Indicador	Pontuação em 2025/Total de pontos
Redução da Taxa de Congestionamento Líquida	50,0 / 50,00
Tempo médio de duração dos processos pendentes líquidos	35,0 / 50,00
Cumprimento das Metas Nacionais	55,0 / 60,00
Julgar ou baixar os processos mais antigos	50,0 / 50,00
Celeridade processual na tramitação das ações penais	20,0 / 20,00
Unidades judiciárias com IAD acima de 100%	10,0 / 30,00

7. EIXO GESTÃO DO CADASTRO ELEITORAL - DADOS E ESTATÍSTICAS

Minas Gerais tem um eleitorado de **16.069.869 (dezesseis milhões sessenta e nove mil oitocentos e sessenta e nove - dados de outubro de 2025)**, distribuído em 853 (oitocentos e cinquenta e três) municípios e em 304 (trezentas e quatro) zonas eleitorais. Trata-se do segundo maior colégio eleitoral do Brasil, distribuído nas 10 (dez) macrorregiões indicadas na Portaria nº 197, de 30 de outubro de 2023, com características diversas entre si.

7.1 Atendimento ao Eleitor

7.1.1 Atendimento Eleitoral por operação nas zonas eleitorais - quantitativo por mês

Mês	Alistamento	Transferência	Revisão	Segunda Via	Total
Novembro/2024 (9 a 30)	13.810	8.499	27.913	-	50.222
Dezembro/2024	8.888	5.208	18.502	-	32.598
Janeiro/2025	25.772	9.100	27.420	-	62.292
Fevereiro/2025	16.763	7.089	20.188	-	44.040
Março/2025	12.535	6.264	17.763	-	36.562
Abril/2025	11.448	6.206	17.680	-	35.334
Maio/2025	14.714	12.245	32.807	-	59.766
Junho/2025	13.063	9.232	39.040	-	61.335
Julho/2025	17.212	11.403	52.546	-	81.161
Agosto/2025	17.115	11.404	59.458	-	87.977
Setembro/2025	18.781	13.717	71.560	-	104.058
Outubro/2025	23.677	17.864	132.624	-	174.165
Novembro (1º a 14)	13.963	8.615	73.651	-	96.229
TOTAL	207.741	126.846	591.152		925.739

7.1.2 Requerimentos WEB do tipo “aguardando atendimento” - quantitativo por mês

Mês	Requerimentos Web recebidos
Novembro/2024 (9 a 30)	1.676
Dezembro/2024	1.509
Janeiro/2025	2.672
Fevereiro/2025	2.121
Março/2025	1.877
Abril/2025	1.830
Maio/2025	2.956
Junho/2025	2.438
Julho/2025	2.702
Agosto/2025	2.746
Setembro/2025	3.032
Outubro/2025	3.722
Novembro/2025 (1º a 14)	1.501
TOTAL	30.782

7.1.3 UAEs - quantitativo por mês

Mês	Requerimentos Web recebidos
Novembro/2024 (9 a 30)	-
Dezembro/2024	-
Janeiro/2025	-
Fevereiro/2025	-
Março/2025	-
Abril/2025	-
Maio/2025	-
Junho/2025	34
Julho/2025	36
Agosto/2025	20
Setembro/2025	31
Outubro/2025	198
Novembro/2025 (1º a 14)	91
TOTAL	410

7.2 Gestão e depuração do Cadastro Eleitoral

7.2.1 Coincidências - quantitativo de coincidências de inscrições eleitorais. Competência dos Juízes Eleitorais, por mês

Mês	Quantitativo
Novembro/2024 (9 a 30)	47
Dezembro/2024	28
Janeiro/2025	52
Fevereiro/2025	52
Março/2025	41
Abril/2025	30
Maio/2025	46
Junho/2025	63
Julho/2025	75
Agosto/2025	86
Setembro/2025	111
Outubro/2025	148
Novembro/2025 (1º a 14)	21
TOTAL	800

7.2.2 Coincidências - quantitativo de coincidências com a Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos. Competência do Corregedor.

Atividade	Quantitativo
Coincidências comunicadas à CRE-MG (competência do Corregedor)	503

Entre 9 de novembro de 2024 e 14 de novembro de 2025.

7.2.3 Duplicidade/Pluralidade de Inscrições - quantitativo de processos PJe

Classe	Acervo inicial	Autuados	Recebidos	Concluídos	Acervo final
Duplicidade/Pluralidade de Inscrições	0	1	3	2	2
Duplicidade/Pluralidade de Inscrições - BPSDP	11	503	Não se aplica	500	14
TOTAL	11	504	3	502	16

Entre 9 de novembro de 2024 e 14 de novembro de 2025

7.2.4 Regularização da Situação do Eleitor - quantitativo de processos PJe

Classe	Acervo inicial	Autuados	Recebidos	Concluídos	Acervo final
Regularização de Situação do Eleitor (RSE)	31	1	898	721	177

Entre 9 de novembro de 2024 e 14 de novembro de 2025

7.2.5 Direitos Políticos - quantitativo de processos PJe

Classe	Acervo inicial	Autuados	Recebidos	Concluídos	Acervo final
Direitos Políticos (DP)	26	70	1.413	1.195	285

Entre 9 de novembro de 2024 e 14 de novembro de 2025

7.2.6 Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos - BPSDP – novas anotações e retificações

Atividade	Quantitativo
Novos apontamentos na BPSDP	16.393
Retificações na BPSDP	124
Total	16.517

Entre 9 de novembro de 2024 e 14 de novembro de 2025.

7.2.7 Infodip

Tipo de Comunicação	Quantitativo
Comunicações de Direitos Políticos recebidas, analisadas e processadas	17.712
Comunicações de óbito recebidas e analisadas	96

Entre 9 de novembro de 2024 e 14 de novembro de 2025.

7.2.8 Cadastro Eleitoral – retificações de códigos de Atualização da Situação do Eleitor (ASE)

Tipo de Código de ASE	Quantitativo
Retificações de códigos de ASE referentes a Direitos Políticos efetuadas pela SEDIP	868
Retificações de códigos de ASE referentes à Regularização de Situação Eleitoral	32

Entre 9 de novembro de 2024 e 14 de novembro de 2025.

7.2.9 Monitoramentos relacionados à supervisão do Cadastro Eleitoral

Coincidências de inscrição eleitoral com a Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos – monitoramento da origem e orientação das respectivas unidades responsáveis.

Atividade	Quantitativo
E-mails enviados às ZEs e Foros Eleitorais com orientações para se evitar coincidências evitáveis	321

Dados de 2025.

Infodip – monitoramento de comunicações na aba *Em Processamento*.

Acompanhamento mensal do quantitativo de comunicações Infodip presentes na aba *Em Processamento* do Sistema nas zonas eleitorais, que constitui indicativo de erro no apontamento da respectiva ocorrência no Cadastro Eleitoral.

Atividade	Quantitativo
ZEs orientadas	54
Diferença no quantitativo de comunicações Infodip na aba Em Processamento, entre o início e o final do período	-96%

Dados de 2025.

Monitoramento mensal de zonas com requerimentos de justificativas nas situações “Abertas” e “Em diligência” para todos os pleitos há mais de 20 (vinte) dias.

Quantitativo de ocorrências apuradas	Quantitativo de contatos realizados no período com as zonas eleitorais
2.284	350

Dados de 2025.

Monitoramento mensal de zonas com RAE em diligência / em diligência virtual há mais de 2 meses.

Quantitativo de ocorrências apuradas	Quantitativo de contatos realizados no período com as zonas eleitorais
164	69

Dados de 2025.

Monitoramento mensal de zonas que não efetivaram, até o 25º dia do mês em curso, a abertura de Agenda Virtual para atendimento ao público no mês subsequente.

Quantitativo de contatos realizados no período com as zonas eleitorais
291

Dados de 2025.

Monitoramento mensal de zonas que possuem RAEs na situação “fotografias e digitais pendentes”.

Quantitativo de ocorrências apuradas	Quantitativo de contatos realizados no período com as zonas eleitorais
723	285

Dados de 2025.

Monitoramento mensal de zonas com mais de 10 (dez) comunicações de óbito com data de recebimento igual ou anterior ao dia 15 (quinze) do mês em curso, sem tratamento no Sistema Infodip.

Quantitativo de ocorrências apuradas	Quantitativo de contatos realizados no período com as zonas eleitorais
13.990	681

Dados de 2025.

Monitoramento semanal de zonas com Requerimentos de Alistamento Eleitoral (RAE) em banco de erros.

Quantitativo de ocorrências apuradas	Quantitativo de contatos realizados no período com as zonas eleitorais
3.355	1.526

Dados de 2025.

Monitoramento semanal de zonas com lotes de RAE na situação “aberto em uso” e/ou “fechado pela zona” há mais de 2 (dois) dias sem o correspondente envio para processamento.

Quantitativo de ocorrências apuradas	Quantitativo de contatos realizados no período com as zonas eleitorais
750	425

Dados de 2025.

Monitoramento semanal de zonas com RAE com diligência virtual respondida há mais de 2 (dois) dias.

Quantitativo de ocorrências apuradas	Quantitativo de contatos realizados no período com as zonas eleitorais
61	56

Dados de 2025.

Monitoramento semanal de zonas que possuem coincidência com prazo de digitação de decisão a vencer na semana.

Quantitativo de contatos realizados no período com as zonas eleitorais
44

Dados de 2025.

Monitoramento semanal de zonas que possuem solicitações web (Título Net) na situação “aguardando atendimento” há mais de 7 (sete) dias.

Quantitativo de ocorrências apuradas	Quantitativo de contatos realizados no período com as zonas eleitorais
586	450

Dados de 2025.

7.2.10 Tratamentos relacionados à supervisão do Cadastro Eleitoral

Inativação excepcional de registros da BPSDP para concretização de operações requeridas por eleitores.

Atividade	Quantitativo
Processos SEI de inativação excepcional de registro da BPSDP recebidos, analisados e providenciados pela SEDIP	509

Dados de 2025.

Levantamento e tratamento de equívocos relacionados ao preenchimento equivocado do campo “Nome Social” no Sistema Elo.

Atividade	Quantitativo
Processos SEI encaminhados às zonas eleitorais	508

Dados de 2025.

Levantamento e tratamento de situações envolvendo eleitores com data de nascimento inválida, com vistas ao esclarecimento e à correção da data de nascimento reputada irregular.

Atividade	Quantitativo
Processos SEI encaminhados às zonas eleitorais	18

Dados de 2025.

Levantamento e tratamento de possíveis duplicidades de inscrições eleitorais encaminhadas às zonas eleitorais para apuração dos grupos coincidências sob sua jurisdição.

Atividade	Quantitativo
Processos SEI encaminhados às zonas eleitorais	165

Dados de 2025.

Levantamento de possível ocorrência de operações equivocadas.

Atividade	Quantitativo
Possível ocorrência de operações equivocadas	120

Dados de 2025.

7.3 Pedidos de correição e revisão de Eleitorado

Nº PJe	Municípios	Decisão
Pet Civ 0601638-13.2024.6.13.8000	109 ^a ZE de Espinosa, Município de Mamonas	Indeferimento. Ausência de indícios de fraude
PetCiv 0600221-88.2025.6.13.0000	220 ^a ZE de Piumhi, Município Doresópolis	Indeferimento. Ausência de indícios de fraude
Pet Civ 0600003-97.2025.6.13.0117	117 ^a ZE de Galiléia, Municípios São Geraldo do Baixio, Divino das Laranjeiras, São Félix de Minas, Mendes Pimentel e Galiléia	Indeferimento. Ausência de indícios de fraude
PetCor 0600628-94.2025.6.13.0000 -	72 ^a ZE, de Caratinga, Município Córrego Novo 89 ^a ZE, de Conselheiro Pena, Municípios Cuparaque e Goiabeira 129 ^a ZE, de Ipanema, Município Taparuba 131 ^a ZE, de Ipatinga, Município Bugre 165 ^a ZE, de Malacacheta, Município Franciscópolis 169 ^a ZE, de Mantena, Município Nova Belém 212 ^a ZE, de Peçanha, Município Nacip Raydan 247 ^a ZE, de Santa Maria do Suaçuí, Municípios José Raydan, São José da Safira e Virgolândia	Indeferimento. Ausência de indícios de fraude

	283 ^ª Virginópolis, Municípios Santa Efigênia de Minas e São Geraldo da Piedade 318 ^ª ZE, de Governador Valadares, Município Marilac	
PetCor 0600578-68.2025.6.13.0000	170 ^ª ZE de Mar de Espanha, Município Chiador	Indeferimento. Ausência de indícios de fraude
PetCor 0600547-48.2025.6.13.0000	166 ^ª ZE de Manga, Município Miravânia	Indeferimento. Ausência de indícios de fraude
PetCor 0600718-05.2025.6.13.0000	251 ^ª ZE de São Domingos do Prata, Município São Domingos do Prata	Indeferimento. Ausência de indícios de fraude
PetCor 0600391-60.2025.6.13.0000	13 ^ª ZE de Andradas, Município Albertina	Indeferimento. Ausência de indícios de fraude

7.4. Dados do Eleitorado: Sisel e outros pedidos

Quantitativo de pedidos	
Solicitações de dados via Sisel	410
Solicitações de dados biográficos via SEI, pelo Gabinete: (resposta via ofícios SIEL-SEI nº 0000022-74.2025.6.13.8000)	84
Solicitações de dados biográficos via SEI, pela CGC:	57
Total	554

8. EIXO ORIENTAÇÃO E APOIO ÀS ZONAS ELEITORAIS - DADOS E ESTATÍSTICAS

8.1 Atendimento às zonas eleitorais: sistema PJe

Canal	Quantitativo
SOS	1.993
Whatsapp	-----
Telefone	-----
e-mail	-----
Teams	-----
Total	1.993

Principais assuntos	- Audiências - particionamento de vídeos e inserção; - Intimações: ato de comunicação e inclusão de partes; - Correção de movimentação.
---------------------	---

8.2 Atendimento às zonas eleitorais: Procedimentos Judiciais

Canal	Quantitativo
SOS	1.997
Whatsapp	-----
Telefone	-----
e-mail	-----
Teams	425
Total	2.442

Principais assuntos	- Cumprimento de sentença - Prestação de contas - AIME, AIJE - Recursos eleitorais
---------------------	---

8.3. Atendimento às zonas eleitorais: PJe e Procedimentos Judiciais - chamados que não puderam ser classificados de acordo com o assunto específico:

Canal	Quantitativo
SOS	0
<i>Whatsapp</i>	2140
Telefone	939
<i>e-mail</i>	186
<i>Teams</i>	0
Total	3265

8.4 Atendimento às zonas eleitorais: Assessoramento Feitos Criminais

Canal	Quantitativo
SOS	1132
<i>Whatsapp</i>	-----
Telefone	534
<i>e-mail</i>	148
<i>Teams</i>	146
Total	1960

Principais assuntos	<ul style="list-style-type: none"> - Competência do Juiz das Garantias e remessa de procedimentos - Tramitação de investigações - Intimações e realizações de audiências nos benefícios penais e ações penais - Destinação da prestação pecuniária e gestão da conta bancária do Juízo para o recebimento dos valores - Cadastros e dúvidas quanto aos sistemas SINIC/SEEU/BNMP
---------------------	--

8.5 Atendimento às zonas eleitorais: Cadastro Eleitoral

Canal	Quantitativo
SOS	2862
Whatsapp	-----
Telefone	8090
e-mail	193
Teams	-----
Total	11.145

Principais assuntos	<ul style="list-style-type: none"> - Biometria, concessão de benefícios do INSS e atendimento a eleitores acamados, que não têm condições de comparecer em cartório - Infodip (dúvidas gerais sobre o Sistema) - Ocorrência da Lei Complementar nº 64, de 1990 - Acordos de Não Persecução (Cíveis e Penais) - Certidões e acesso a dados do Cadastro Eleitoral - Multa eleitoral
---------------------	---

8.6 Atendimento às zonas eleitorais: Inspeção e Autoinspeção

Canal	Quantitativo
SOS	730
Whatsapp	-----
Telefone	669
e-mail	244
Teams	-----
Total	1643

Principais assuntos	<ul style="list-style-type: none"> - Procedimento da Autoinspeção Anual - Prazos da Autoinspeção Anual - Procedimento da Autoinspeção Inicial - Prazos da Autoinspeção Inicial
---------------------	--

8.7 Atendimento às zonas eleitorais: Sistemas Conveniados

Canal	Quantitativo
SOS	644
<i>Whatsapp</i>	-----
Telefone	657
<i>e-mail</i>	244
<i>Teams</i>	-----
<i>Cadastrados conveniados</i>	2606
Total	3907

Principais assuntos	<ul style="list-style-type: none">- SISBAJUD- Cadastro em Sistemas Conveniados- Painel de Autogerenciamento- Metas Nacionais
---------------------	---

9. EIXO CONTROLE DISCIPLINAR - DADOS E ESTATÍSTICAS

9.1 Procedimentos Disciplinares – Quantitativo

Sindicância Acusatória	3
Processo Administrativo Disciplinar de Rito Sumário	0
Processo Administrativo Disciplinar de Rito Ordinário	4
Incidente de Sanidade Mental	0
Reclamação Disciplinar	0
Sindicância Administrativa	1
Total	8

9.2 Procedimentos Disciplinares – Detalhamento

	Natureza	N.º Processo	Resultado
1	Sindicância Acusatória	0017441-44.2024.6.13.8000	Aplicação da penalidade de advertência. Recurso para a Presidência. Mantida a penalidade
2	Sindicância Acusatória	0002670-27.2025.6.13.8000	Aplicação da penalidade de suspensão pelo prazo de 30 dias. Recurso para a Presidência. Pendente de julgamento.
3	Sindicância Acusatória	0017249-14.2024.6.13.8000	Arquivamento.
4	Processo Administrativo Disciplinar de Rito Ordinário	0017340-07.2024.6.13.8000	Aplicação da penalidade de advertência. Recurso para a Presidência. Mantida a penalidade
5	Processo Administrativo Disciplinar de Rito Ordinário	0004718-56.2025.6.13.8000	Pendente de julgamento.
6	Processo Administrativo Disciplinar de Rito Ordinário	0007061-25.2025.6.13.8000	Pendente de julgamento.
7	Processo Administrativo Disciplinar de Rito Ordinário	0014585-10.2024.6.13.8000	Aplicação da penalidade de suspensão pelo prazo de 30 dias. Recurso para a Presidência. Mantida a penalidade.
8	Sindicância Administrativa	0001382-44.2025.6.13.8000	Processo contra Magistrado. Arquivado de plano (sem instauração de PAD)

Obs. Os processos referentes a 2024 constam da tabela porque tramitaram em 2025.

10. EIXO PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA 2^a INSTÂNCIA - DADOS E ESTATÍSTICAS - AJCRE

Quantitativo de processos	
Processos pendentes em 31.12.2024	253
Distribuídos 2025 (até 14 nov)	307
Julgados/Baixados 2025 (até 14 nov)	428
Pendentes em 14.11.2025	132

Resultados – Cumprimento Metas CNJ:

Meta 1: 136,30%*

*Dados do Painel Indicadores do Prêmio CNJ (intranet), em 18.11.2025

Meta 2: 100% *

*Dados do Painel Indicadores do Prêmio CNJ (intranet), em 18.11.2025

Meta 4: 110,58% (Eleições 2024) *

*Dados do Painel Indicadores do Prêmio CNJ (intranet), em 18.11.2025

11. AÇÕES PREVISTAS PARA 2026

Para o ano de 2026, estão previstas iniciativas para responder aos desafios identificados neste ano.

Em primeiro lugar, salienta-se a necessidade de melhoria dos indicadores processuais relacionados ao Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais e às metas do CNJ. Com a reconfiguração do Grupo de Pesquisa Judiciária, que passa a ser conduzido pelo Juiz Auxiliar da Corregedoria, pretende-se elaborar um plano anual de monitoramento, com marcos temporais e indicadores de produtividade associados. A proposta é verificar os indicadores e estabelecer as ações de intervenção em pontos bimestrais de controle, de forma articulada com as áreas pertinentes - Secretaria da Presidência e Judiciária, Secretaria de Governança e Gestão Estratégica, Secretaria de Eleições e Comitê de Priorização do 1º Grau de Jurisdição do TRE-MG. A melhoria dos painéis e a instituição de alertas automatizados também serão fundamentais para a melhoria dos controles.

No ponto, serão priorizados o atendimento à Meta 1 do CNJ, o tempo médio de duração dos processos pendentes líquidos e o Índice de Atendimento à Demanda (IAD). Para tanto, será avaliada a proposta de revisão de indicadores dos planejamentos táticos da Corregedoria e das Áreas Judiciais e de aperfeiçoamento dos painéis gerenciais.

Em segundo lugar, está prevista a elaboração de diagnóstico mais completo e dinâmico das zonas eleitorais. Atualmente, as informações estão dispersas em bases diversas, como o sistema “Acolhe Minas”, o painel Força de Trabalho, o painel de Eficiência da Gestão Processual, o painel de Atendimento, entre outros. Não há instrumento que vincule, a um só tempo, diversos elementos das zonas eleitorais para apresentar o quadro mais completo e possibilitar ações mais acertadas e eficientes.

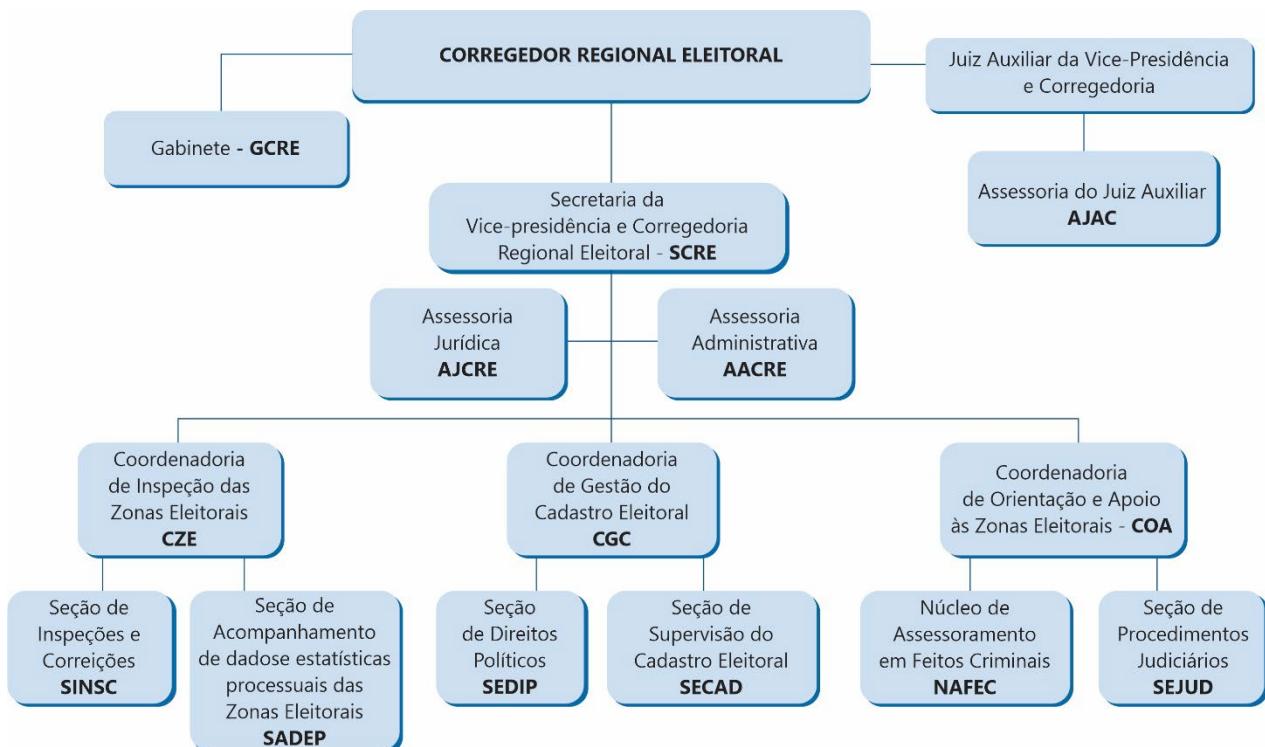
Em terceiro lugar, pretende-se, na esteira do Programa Integra, seguir aperfeiçoando as estratégias de comunicação com magistrados e servidores das zonas eleitorais. Para tanto, está prevista a elaboração de protocolo de comunicação da Corregedoria com as zonas eleitorais, alinhado às diretrizes do Projeto ComunicATIVA. Por meio do protocolo, serão definidos os canais de acesso, o tempo razoável de resposta, as premissas de linguagem adequada, simples e respeitosa. Considera-se ainda a elaboração de estratégia específica para comunicação com os magistrados eleitorais, com a criação de página específica e a ampliação das informações disponíveis a eles na *extranet*.

Além de procurar vencer os desafios identificados no ano de 2025, os esforços serão voltados para a realização das Eleições 2026. O planejamento do fechamento de cadastro, em articulação com o Comitê BIO e os demais setores do Tribunal, será a prioridade da Corregedoria Regional Eleitoral de Minas Gerais. Nos anos de 2022 e de 2024, apenas nos meses de abril e maio, mais de 500 (quinhentos) mil eleitoras e eleitores procuraram a Justiça Eleitoral para regularizar sua situação a tempo de votar nas eleições e o Tribunal precisa se preparar para receber quantitativo também relevante em 2026.

Em diversas frentes de trabalho relacionadas ao pleito e também por meio do Comitê Gestor das Eleições, a Corregedoria atuará, com os demais setores, para o êxito das Eleições 2026. Em atenção às suas atribuições, a CRE-MG desenvolverá estratégias especialmente para apoiar as zonas eleitorais no exercício do poder de polícia na propaganda eleitoral; para o bom gerenciamento das filas nos locais de votação e no monitoramento estratégico das agregações das seções eleitorais; no processamento e julgamento dos feitos na Corte Eleitoral e pelos juízes auxiliares da Propaganda, indicados em conformidade com o § 3º do art. 96 da Lei nº 9.504, de 1997; na garantia de voto aos presos provisórios e na Comissão de Auditoria da Votação Eletrônica (CAVE), para organizar e supervisionar a realização do teste de integridade das urnas e teste de autenticidade dos sistemas nas eleições, entre outros.

Para cumprir a missão do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais e garantir à sociedade que o processo eleitoral seja legítimo, confiável e imparcial, a Corregedoria envidará todos os esforços, consolidando, com passos firmes, o caminho já trilhado e avançando, com coragem e compromisso, sobre os desafios que se apresentem.

Anexo 1 – Organograma da Corregedoria Regional Eleitoral de Minas Gerais



Anexo 2 - Estrutura da Corregedoria Regional Eleitoral de Minas Gerais

Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral

Conforme a Resolução TRE-MG nº 1.277, de 29/05/2024 (Regimento Interno), compete ao Vice-Presidente: substituir o Presidente nas férias, licenças, impedimentos e ausências ocasionais e assumir a Presidência do Tribunal, em caso de vaga, até a posse do novo titular.

O Corregedor Regional Eleitoral terá jurisdição em todo o Estado, cabendo-lhe a inspeção e a correição dos serviços das zonas eleitorais.

Compete ao Corregedor Regional Eleitoral, entre outras atribuições previstas no Regimento Interno: instaurar e processar sindicância contra Juiz Eleitoral; relatar proposta de abertura de processo administrativo disciplinar contra Juiz Eleitoral; instaurar e mandar processar sindicância e processo administrativo disciplinar e aplicar penalidade aos servidores; velar pela fiel execução das leis e pela boa ordem e celeridade dos serviços e processos eleitorais.

Cabe ao Corregedor designar Juízes de Direito para as funções de Juízes Eleitorais, bem como dispensá-los, nos termos da legislação e das normas aplicáveis; indicar, nas comarcas com mais de uma zona eleitoral, o Juiz a quem incumbirá a direção do Foro.

Compete a ele, ainda, conhecer, processar e relatar a ação de investigação judicial eleitoral; as representações relativas aos pedidos de veiculação e às irregularidades na propaganda político-partidária, na modalidade de inserções; os pedidos de criação de zona eleitoral; os pedidos de correição e de revisão do eleitorado e incidentes.

Juiz Auxiliar da Vice-Presidência e Corregedoria

Em conformidade com a Portaria CRE n.º 31/2025, compete ao Juiz Auxiliar da Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral, entre outras atribuições, proferir despachos e decisões interlocutórias nos procedimentos relativos a notícias de supostas infrações funcionais e nos processos administrativos

disciplinares, bem como emitir parecer prévio à decisão sobre arquivamento ou instauração de sindicância ou processo administrativo disciplinar e parecer sobre o relatório final elaborado pela Comissão Disciplinar ou Comissão Sindicante; proferir, na esfera administrativa, despachos e decisões nos processos pertinentes à regularização de situação eleitoral, duplidade e pluralidade de inscrições; realizar sindicâncias, inspeções e correições, observadas as normas específicas editadas pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelo Tribunal Regional Eleitoral.

Compete ainda a ele monitorar o cumprimento das metas estabelecidas pelo Planejamento Estratégico deste Tribunal — PETRE — relativas às atribuições da Corregedoria Regional Eleitoral, pelo Plano Tático da Corregedoria e pelo Plano Tático das Áreas Judiciais além de monitorar o cumprimento das metas nacionais e das metas específicas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça — CNJ — que sejam de responsabilidade da Corregedoria Regional Eleitoral.

Caberá também ao Juiz Auxiliar da Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral promover a interlocução com juízes eleitorais, com vistas ao aprimoramento conjunto de práticas relacionadas ao desempenho das competências.



Assessoria do Juiz Auxiliar da Vice-Presidência e Corregedoria (AJAC)

Assessorar o Juiz Auxiliar da Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral no desempenho de suas atividades administrativas e jurídicas.



Secretaria da Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral (SCRE)

A Secretaria da Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral tem a atribuição de assessorar o Vice-Presidente e Corregedor no desempenho de suas atribuições. Também é responsável por planejar, orientar, coordenar, controlar e supervisionar as atividades das unidades da Vice-presidência e Corregedoria, promovendo a governança e a articulação interna; além de representar a Corregedoria nas instâncias colegiadas do Tribunal.



Gabinete da Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral (GCRE)

O GCRE tem a atribuição de assistir o Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral no desempenho das suas atribuições legais, bem como a Secretaria na coordenação das unidades da Corregedoria.

Também se encontra sob responsabilidade do gabinete a análise e acompanhamento dos processos relativos à designação de Juízes de Direito para o exercício das funções eleitorais e o gerenciamento do Sistema de Informações Eleitorais (SIEL).



Assessoria Jurídica da Corregedoria Regional Eleitoral (AJCRE)

No exercício da atividade jurisdicional, o Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral é assessorado pela Assessoria Jurídica da Corregedoria Regional Eleitoral (AJCRE). No âmbito da prestação jurisdicional, compete-lhe a relatoria dos processos a ele distribuídos, além daqueles de competência privativa do Corregedor, conforme disposto na Resolução TRE – MG nº 1.277, de 2024 (Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais).



Assessoria Administrativa da Corregedoria (AACRE)

A Assessoria Administrativa da Corregedoria – AACRE atua nas atividades relacionadas à análise, instrução, acompanhamento, elaboração de minutas de despachos, de pareceres e de decisões em procedimentos administrativos disciplinares relativos a Servidores e Juízes Eleitorais. Elabora, também, minutas de despachos e decisões em pedidos de realização de correição e revisão do eleitorado, assim como as minutas dos respectivos provimentos.

Coordenadorias vinculadas à Secretaria da Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral (SCRE)

A SCRE, além das atribuições já descritas acima, gerencia 3 (três) Coordenadorias, as quais atuam em eixos específicos.

Coordenadoria de Gestão do Cadastro Eleitoral (CGC)

- Seção de Supervisão do Cadastro Eleitoral (SECAD)
- Seção de Direitos Políticos (SEDIP)

A Coordenadoria de Gestão do Cadastro Eleitoral (CGC), composta pela Seção de Supervisão do Cadastro Eleitoral (SECAD) e pela Seção de Direitos Políticos (SEDIP), tem a atribuição de planejar, coordenar, controlar e supervisionar as atividades atinentes à integridade e aperfeiçoamento do Cadastro Eleitoral e da Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos.

A SECAD tem atribuições de orientação, acompanhamento e supervisão das zonas eleitorais nas atividades relacionadas ao cumprimento das normas que regem o Cadastro Eleitoral, tais como: duplicidade/pluralidade de inscrições (coincidência biográfica e biométrica de inscrição eleitoral), transferência/revisão equivocada de inscrição eleitoral, justificativa eleitoral, óbitos e regularização do histórico do eleitor.

Restringindo-se às temáticas dos direitos políticos e ocorrência de inelegibilidade, a SEDIP possui 3 (três) competências básicas: supervisão das atividades de registro das ocorrências de suspensão e restabelecimento de direitos políticos e do apontamento de possíveis ocorrências de inelegibilidade; gestão, em âmbito regional, das informações da Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos; a gestão e a normatização do Sistema de Informações de Óbitos e Direitos Políticos (INFODIP) na circunscrição de Minas Gerais, bem como ao fornecimento de orientações sobre o Sistema.

Coordenadoria de Orientação e Apoio às Zonas Eleitorais (COA)

- Seção de Procedimentos Judiciários (SEJUD)
- Núcleo de Assessoramento em Feitos Criminais (NAFEC)

A Coordenadoria de Orientação e Apoio às Zonas Eleitorais (COA), composta pela Seção de Procedimentos Judiciários (SEJUD) e pelo Núcleo de Assessoramento em Feitos Criminais (NAFEC), tem como atribuição orientar os Cartórios Eleitorais quanto aos procedimentos judiciários eleitorais, cíveis e criminais, e acerca da correta utilização do sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe), relacionados ao primeiro grau de jurisdição, além do assessoramento jurídico ao Juiz da Zona Eleitoral especializada sobre matéria relativa aos crimes comuns conexos a crimes eleitorais e a orientação aos servidores vinculados aos nove Núcleos das Garantias deste Tribunal.

A atividade de orientação aos Cartórios Eleitorais é feita por meio de elaboração e disponibilização de manuais e tutoriais na página da intranet e da extranet deste Regional e, ainda, mediante atendimentos diários às dúvidas advindas das 304 Zonas Eleitorais do Estado, SOS, grupos de WhatsApp e do Teams, especificamente criados para essa finalidade.

As orientações e os suportes prestados pela SEJUD e pelo NAFEC são realizados com o estudo do caso concreto, com pesquisas em doutrinas e em jurisprudências, sempre pautados em comprometimento e presteza.

Coordenadoria de Inspeção das Zonas Eleitorais (CZE)

-
- Seção de Inspeções e Correções (SINSC)
 - Seção de Acompanhamento de Dados e Estatísticas Processuais das Zonas Eleitorais (SADEP)

A Coordenadoria de Inspeção das Zonas Eleitorais (CZE), composta pela Seção de Inspeções e Correções (SINSC) e pela Seção de Acompanhamento de Dados e Estatísticas Processuais das Zonas Eleitorais (SADEP), tem por principais atribuições planejar, coordenar e supervisionar as atividades de orientação aos cartórios eleitorais quanto aos assuntos correcionais e supervisionar o cumprimento, pelos Juízos Eleitorais, dos indicadores, diretrizes e metas do Conselho Nacional de Justiça e do Planejamento Estratégico do TRE-MG.

A SINSC é responsável por orientar e supervisionar os cartórios eleitorais quanto aos procedimentos relativos às Inspeções, Autoinspeções e Correções e adotar as providências necessárias à realização de visitas de inspeção e de correição nos cartórios eleitorais.

A Seção de Acompanhamento de Dados e Estatísticas Processuais das Zonas Eleitorais (SADEP) tem como principais atribuições monitorar o cumprimento de indicadores judiciais no âmbito do primeiro grau e atuar no tratamento de inconsistências encontradas nos dados ou informações apresentadas nos sistemas e painéis relacionados à produtividade judicial. A referida Seção realiza também o cadastro de magistrados e servidores nos sistemas conveniados e gerencia o sistema SGAST.

Anexo 3 – Comitês, Comissões e Grupos de Trabalho integrados pela Corregedoria Regional Eleitoral de Minas Gerais

Comissões, Comitês e Grupos coordenados por representantes CRE	
Comissão / Comitê	Portaria
Grupo de Apoio ao Cumprimento dos Indicadores Judiciários estabelecidos no Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais – 1ª Instância (JACRE)	Portaria nº 331/2022
Comissão Permanente para assegurar o exercício do voto dos presos provisórios e dos adolescentes custodiados em unidades de internação nas eleições federais, estaduais e municipais, no Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (JACRE)	Portaria Conjunta PRE-CRE nº 07/2024
Comissão de Auditoria da Votação Eletrônica do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais para as Eleições de 2024 – (JACRE)	Resolução TREMG nº 1.271/2024
Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão – CPAI – do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais – (JACRE)	Portaria PRE nº 04/2024
Comitê de Atenção às Pessoas em Situação de Rua (JACRE)	Portaria Conjunta nº 04/2023
Grupo de Pesquisas Judiciárias (JACRE)	Portaria PRE nº 332/2022
Grupo de Trabalho responsável por elaborar e apresentar proposta sobre as atribuições do Núcleo Administrativo do Foro Eleitoral de Belo Horizonte e sugerir adequações na Resolução TREMG nº 1.133, de 04 de março de 2020, e demais normas pertinentes (JACRE e SCRE)	Portaria PRE nº 244/2025
Comitê PopRUAJUD Minas Gerais (JACRE)	Portaria Conjunta nº 59/PR-TJMG/2025

Comissões e Comitês integrados por representantes CRE	
Comissão / Comitê	Portaria
Comissão Permanente de Avaliação de Documentos de Arquivo – CPAD – no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais	Portaria DG nº 107/2021
Comitê Gestor de Proteção de dados Pessoais – CGPD – no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (JACRE)	Portaria Conjunta nº 387/2022
Comissão de Segurança da Informação do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (SCRE)	Portaria PRE nº 329/2022

Comissão Disciplinar Permanente (SEJUD/ AJCRE)	Resolução nº 1.254/2023 e Portaria Conjunta nº 3/2024
Comissão Gestora Arquivística – CG Arq CZE/ GCRE	Portaria PRE nº 58/2024
Comissão responsável por realizar estudos para implementação de política de movimentação de servidores no Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais. (SCRE)	Portaria DG nº 31/2024
Comitê de Comunicação Administrativa no Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (SCRE)	Portaria PRE nº 101/2024
Comitê de Diversidade, Equidade, Inclusão e Acessibilidade – CODEIA (JACRE)	Res. TRE-MG nº 1.309/2025
Comitê de Gestão de Crise e de Continuidade de Negócios (SCRE)	Res. TRE-MG nº 1.268/2024
Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (SCRE)	Res. TRE-MG Nº 1.237/2023
Comitê de Integridade do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (JACRE e SCRE)	Res. TRE-MG nº 1.236/2022
Comitê Estratégico de Gestão de Pessoas (SCRE)	Res. TRE-MG nº 1.262/2023
Comitê Executivo de Tecnologia da Informação e Comunicação (SCRE)	Res. TRE-MG nº 1.237/2023
Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais – CGPD –, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (JACRE)	Portaria PRE nº 387/2022
Comitê Gestor do Programa de Enfrentamento à Desinformação - PED (JACRE e SCRE)	Portaria PRE nº158/2024
Comitê Gestor Regional do Processo Judicial Eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (SCRE)	Portaria PRE nº 203/2016 e Portaria PRE nº 124/2020
Comitê Permanente de Gestão da Força de Trabalho no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (SCRE e CGRE)	Portaria nº 364/2021
Conselho de governança e Gestão Estratégica do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (CRE, JACRE e SCRE)	Portaria nº 85/2018
Grupo de Apoio ao Cumprimento dos Indicadores e Metas Judiciários (JACRE)	Portaria nº 20/2018
Grupo de Trabalho para tratar da designação de oficial de justiça e do reembolso de despesas advindas do cumprimento de mandados no Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (AJCRE / SEJUD)	Portaria DG nº 53/2025

Grupo de Trabalho Regional responsável por realizar configurações de aplicativos do Processo Judicial Eletrônico – PJE – no Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (COA / SEJUD)	Portaria DG nº 28/2025
Grupo de Trabalho responsável pela elaboração do fluxograma para o atendimento das demandas e pela definição de protocolos de atendimento e da governança dos dados sobre assédio e discriminação no Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (AACRE)	Portaria PRE nº 81/2025
Grupo de Trabalho responsável pelo tratamento e processamento de agregação de seções eleitorais para as Eleições 2026 (02 representantes da SCRE)	Portaria DG nº 123/2025
Grupo de Trabalho responsável por elaborar e apresentar proposta de criação do Foro Eleitoral de Belo Horizonte como unidade administrativa (JACRE e SCRE)	Portaria DG nº 75/2025
Grupo de Trabalho responsável por elaborar e apresentar proposta de revisão e atualização da Resolução TRE nº 1.254, de 16 de agosto de 2023, que "Regulamenta o controle da disciplina, a apuração de infração funcional e os procedimentos disciplinares no Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais" (AACRE)	Portaria DG nº 31/2025
Grupo Gestor do SEI (JACRE)	Res. TRE-MG nº 1.110/2019
Grupo Permanente de Apoio Operacional - GOP – do Sistema Eletrônico de Informações – SEI – no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais." (SCRE).	Portaria DG nº 58/2021
Unidade de INDI e Fiscalização de Decisões e Deliberações da Corte Interamericana de Direitos Humanos no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (JACRE e SCRE)	Portaria PRE nº120/2024
Comitê de Integridade (JACRE e SCRE)	Res. TRE-MG nº 1.236/202
Núcleo de Cooperação Judiciária – COOPERA (JACRE – magistrado de Cooperação)	Res. TRE-MG. nº 1.277/2022
Comitê Gestor das Eleições – COGEL (JACRE e SCRE)	Portaria nº 278/2025
Comitê Institucional de Inteligência (Des. CRE)	Portaria PRE nº 291/2025
Grupo Operacional de Inteligência (JACRE)	Portaria PRE nº 291/2025

Anexo 4 – Participação da Corregedoria Regional Eleitoral de Minas Gerais em eventos

Data	Evento	Local
26 a 28/03/2025	55º Encontro do Colégio de Corregedoras e Corregedores Eleitorais	TRE-PR - Foz do Iguaçu/PR
09/04/2025	Outorga do Colar do Mérito da Justiça Eleitoral Elvira Komel ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA/MG	Auditório TRE-MG
23/04/2025	Abertura do Congresso Comemorativo dos 20 anos da EJEMG; Democracia e Justiça: garantias e transformações	Auditório TER-MG
07/05/2025	1ª Reunião Preparatória para o 19º Encontro Nacional do Poder Judiciário	Conselho Nacional de Justiça - Brasília/DF
08/05/2025	Reunião Especial requerida pelo Deputado Estadual Coronel Henrique com o objetivo de comemorar os 80 anos do Dia da Vitória	Assembleia Legislativa de Minas Gerais
12/05/2025	Reunião Especial requerida pela Deputada Leninha com o objetivo de homenagear Marina Helena Lorenzo Fernández Silva pelo seu legado e pela fundação do Conservatório Estadual de Música Lorenzo Fernández e da Faculdade de Educação Artística, atual Departamento de Artes da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)	Assembleia Legislativa de Minas Gerais
12 e 13/06/2025	56º Encontro do Colégio de Corregedoras e Corregedores Eleitorais	TRE-PE - Gravatá/PE
13/06/2025	Solenidade de posse dos novos dirigentes do TRE-MG	Auditório TRE-MG
18/06/2025	Posse Des. Paulo de Tarso Tamburini Souza como Membro Substituto do TRE-MG	Gabinete da Presidência do TRE-MG
1º/07/2025	Posse Juiz Carlos Donizetti Ferreira - Juiz Membro efetivo do TRE-MG	Sala de Sessões - Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
29/07/2025	Lançamento da Cartilha "fórum Digital - conectando você à Justiça"	Cidade Administrativa - Governo do Estado de Minas Gerais
1º/08/2025	Inauguração da Unidade II do Fórum Trabalhista de Belo Horizonte	Tribunal Regional do Trabalho - Rua Paracatu, 304 - Barro Preto

11/08/2025	Solenidade de entrega da Medalha do Mérito da EJEF ao Des.Tiago Pinto e ao Professo Lakowsky Dolga	Auditório Pleno do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
12/08/2025	Reunião da Unidade de Monitoramento de Direitos do Conselho Nacional de Justiça	Conselho Nacional de Justiça - Brasília/DF
13/08/202	Cerimônia de entrega do Título de Cidadã Honorária de Belo Horizonte à Dra. Angela Botelho	Câmara Municipal de Belo Horizonte
19/08/2025	Solenidade de aniversário de 3 anos do Tribunal Regional Federal da 6ª Região	Auditório da Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte - CDL BH
25/08/2025	Evento "Conversa com o Judiciário" promovido pela Revista Justiça e Cidadania	Hotel Fasano Belo Horizonte
26/09/2025	Palestra "Proteção Preventiva aos Crimes Cibernéticos" - Solymar da Silva Friaça - 2º SgtPM	Auditório Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
02/10/2025	Palestra " Democracia, eleições e esfera pública digital" Ministra Estela Aranha	Auditório Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
04/10/2025	Dia B da biometria	Realizado no âmbito da Jurisdição do TREMG, com visitas presencias aos Centros de Atendimento ao Eleitor de Vespasiano, Venda Nova, Barreiro e Belo Horizonte/MG
07/10/2025	Evento Eleições 2026: Direito e Política em Debate - Palestrante	Faculdade Milton Campos - BH/MG
20/10/2025	Reunião Especial para homenagear a AMAGIS pelos 70 anos de sua fundação	Assembleia Legislativa de Minas Gerais
22/10/2025	Solenidade de posse do Des. Federal Lincoln Rodrigues de Faria no cargo de Juiz Membro Efetivo e da Des. Federal Mônica Sifuentes no cargo de Juíza Membro Substituta da Corte do TRE-MG	Sala de Sessões do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
23/10/2025	Aposição do retrato do Dr. Luis Carlos Rezende e Santos, Diretor-Executivo da Escola Judiciária Eleitoral de Minas Gerais "Sálvio de Figueiredo Teixeira" na sede da AMAGIS	Associação dos Magistrados Mineiros
24/10/2025	VII Congresso Brasileiro de Arquivos do Poder Judiciário	Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes - Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

24/10/2025	Solenidade de Outorga da Medalha Levindo Coelho Martins de Oliveira	Auditório Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
29/10/2025	Cerimônia de posse do Advogado-Geral do Estado de Minas Gerais - Fábio Murilo Nazer	Cidade Administrativa - Sede do Governo do Estado de Minas Gerais
29/10 a 1º/11/2025	57º Encontro do Colégio de Corregedoras e Corregedores dos Tribunais Regionais Eleitorais	Boa Vista /RR
03/11/2025	Cerimônia de Abertura da XX Semana Nacional da Conciliação em Minas Gerais e entrega da Honraria "Desembargador Herbert Carneiro"	Hall do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
03/11/2025	Solenidade Comemorativa dos 70 anos da Associação dos Magistrados Mineiros - AMAGIS	Sede da AMAGIS
06/11/2025	Reunião Final de Gestão da Corregedora-Geral da Justiça Eleitoral	Tribunal Superior Eleitoral - Brasília/DF
07/11/2025	Premiação Boas Práticas da Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral	Tribunal Superior Eleitoral - Brasília/DF

Anexo 5 – Provimentos da Corregedoria Regional Eleitoral de Minas Gerais em 2025

Data	Provimento	Epígrafe	Link
29/08/2025	1/2025	Regulamenta o Projeto "Acervo Novo"	Provimento nº 001-CRE/2025
04/10/2025	02/2025	Institui o Programa Integra na Corregedoria Regional Eleitoral de Minas Gerais	Provimento nº 002-CRE/2025
13/10/2025	3/2025	Dispõe sobre o Projeto Conexão CRE, destinado aos Cartórios Eleitorais de Minas Gerais	Provimento nº 003-CRE/2025

Anexo 6 – Portarias da Corregedoria Regional Eleitoral de Minas Gerais em 2025

Data	Portaria	Epígrafe	Links
08/01/2025	Portaria CRE 2/2025	Instaura Inspeção na 270ª Zona Eleitoral de Teófilo Otoni e designa a equipe responsável pelos trabalhos	Portaria CRE 2/2025
24/01/2025	Portaria CRE 3/2025	Instaura Inspeção na 269ª Zona Eleitoral de Teófilo Otoni e designa a equipe responsável pelos trabalhos.	Portaria CRE 3/2025
24/01/2025	Portaria CRE 4/2025	Instaura Inspeção na 206ª Zona Eleitoral de Paraopeba e designa a equipe responsável pelos trabalhos	Portaria CRE 4/2025
03/02/2025	Portaria CRE 5/2025	Instaura Inspeção na 309ª Zona Eleitoral de Três Marias e designa a equipe responsável pelos trabalhos.	Portaria CRE 5/2025
06/02/2025	Portaria CRE 6/2025*	Prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância Acusatória designada pela Portaria CRE nº 40, de 11 de novembro de 2024, da Corregedoria Regional Eleitoral de Minas Gerais.	* Portaria não publicada no SIAD e no Portal do Tribunal na <i>internet</i> , conforme o inciso III do art. 7º da Instrução Normativa nº 2, de 10 de março de 2025.
06/02/2025	Portaria CRE 7/2025*	Prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar designada pela	* Portaria não publicada no SIAD e no Portal do Tribunal na <i>internet</i> , conforme o

		Portaria CRE nº 39, de 7 de novembro de 2024, da Corregedoria Regional Eleitoral de Minas Gerais.	inciso III do art. 7º da Instrução Normativa nº 2, de 10 de março de 2025.
12/02/2025	Portaria CRE 8/2025*	Designa servidores para comporem Comissão de Sindicância Acusatória.	* Portaria não publicada no SIAD e no Portal do Tribunal na <i>internet</i> , conforme o inciso III do art. 7º da Instrução Normativa nº 2, de 10 de março de 2025.
20/02/2025	Portaria CRE 9/2025*	Instaura Sindicância Administrativa e designa Comissão Sindicante.	* Portaria não publicada no SIAD e no Portal do Tribunal na <i>internet</i> , conforme o inciso III do art. 7º da Instrução Normativa nº 2, de 10 de março de 2025.
27/02/2025	Portaria CRE 10/2025*	Defere o pedido de continuidade dos trabalhos da Comissão de Sindicância Acusatória designada pela Portaria nº 40, de 11 de novembro de 2024, da Corregedoria Regional Eleitoral de Minas Gerais.	* Portaria não publicada no SIAD e no Portal do Tribunal na <i>internet</i> , conforme o inciso III do art. 7º da Instrução Normativa nº 2, de 10 de março de 2025.
27/02/2025	Portaria CRE 11/2025*	Prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância Acusatória designada pela Portaria nº 38, de 6 de novembro de 2024, da Corregedoria Regional Eleitoral de Minas Gerais.	* Portaria não publicada no SIAD e no Portal do Tribunal na <i>internet</i> , conforme o inciso III do art. 7º da Instrução Normativa nº 2, de 10 de março de 2025.
13/03/2025	Portaria CRE 12/2025	Instaura Inspeção na 12ª Zona Eleitoral de Alvinópolis e designa a equipe responsável pelos trabalhos.	Portaria CRE 12/2025
17/03/2025	Portaria CRE 13/2025*	Prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância Acusatória designada pela Portaria nº 8, de 12 de fevereiro de 2025, da Corregedoria Regional Eleitoral de Minas Gerais.	* Portaria não publicada no SIAD e no Portal do Tribunal na <i>internet</i> , conforme o inciso III do art. 7º da Instrução Normativa nº 2, de 10 de março de 2025.
21/03/2025	Portaria CRE 14/2025	Instaura Inspeção na 54ª Zona Eleitoral de Buenópolis e designa a equipe responsável pelos trabalhos.	Portaria CRE 14/2025

21/03/2025	Portaria CRE 15/2025	Instaura Inspeção na 63ª Zona Eleitoral de Jaíba e designa a equipe responsável pelos trabalhos.	Portaria CRE 15/2025
25/03/2025	Portaria CRE 16/2025*	Designa servidores para comporem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar.	* Portaria não publicada no SIAD e no Portal do Tribunal na <i>internet</i> , conforme o inciso III do art. 7º da Instrução Normativa nº 2, de 10 de março de 2025.
03/04/2025	Portaria CRE 17/2025*	Defere o pedido de continuidade dos trabalhos da Comissão de Sindicância Acusatória designada pela Portaria nº 40, de 11 de novembro de 2024, da Corregedoria Regional Eleitoral de Minas Gerais.	* Portaria não publicada no SIAD e no Portal do Tribunal na <i>internet</i> , conforme o inciso III do art. 7º da Instrução Normativa nº 2, de 10 de março de 2025.
10/04/2025	Portaria CRE 18/2025	Instaura Inspeção na 100ª Zona Eleitoral de Curvelo e designa a equipe responsável pelos trabalhos.	Portaria CRE 18/2025
10/04/2025	Portaria CRE 19/2025	Instaura Inspeção na 120ª Zona Eleitoral de Grão Mogol e designa a equipe responsável pelos trabalhos.	Portaria CRE 19/2025
10/04/2025	Portaria CRE 20/2025	Instaura Inspeção na 320ª Zona Eleitoral de Arinos e designa a equipe responsável pelos trabalhos.	Portaria CRE 20/2025
14/04/2025	Portaria CRE 21/2025*	Defere o pedido de continuidade dos trabalhos da Comissão de Sindicância Acusatória designada pela Portaria nº 8, de 12 de fevereiro de 2025, da Corregedoria Regional Eleitoral de Minas Gerais.	* Portaria não publicada no SIAD e no Portal do Tribunal na <i>internet</i> , conforme o inciso III do art. 7º da Instrução Normativa nº 2, de 10 de março de 2025.
05/05/2025	Portaria CRE 22/2025	Instaura Inspeção na 163ª Zona Eleitoral de Luz e designa a equipe responsável pelos trabalhos.	Portaria CRE 22/2025
05/05/2025	Portaria CRE 23/2025	Instaura Inspeção na 144ª Zona Eleitoral de Jacinto e designa a equipe responsável pelos trabalhos.	Portaria CRE 23/2025
05/05/2025	Portaria CRE 24/2025	Instaura Inspeção na 140ª Zona Eleitoral de Itaúna e designa a equipe responsável pelos trabalhos.	Portaria CRE 24/2025

13/05/2025	Portaria CRE 25/2025*	Designa servidores para comporem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar	* Portaria não publicada no SIAD e no Portal do Tribunal na <i>internet</i> , conforme o inciso III do art. 7º da Instrução Normativa nº 2, de 10 de março de 2025.
23/05/2025	Portaria CRE 26/2025*	Prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar designada pela Portaria CRE nº 16, de 25 de março de 2025, da Corregedoria Regional Eleitoral de Minas Gerais.	* Portaria não publicada no SIAD e no Portal do Tribunal na <i>internet</i> , conforme o inciso III do art. 7º da Instrução Normativa nº 2, de 10 de março de 2025.
11/06/2025	Portaria CRE 27/2025	Altera a Portaria nº 23, de 05 de maio de 2025, da Corregedoria, que "Instaura Inspeção na 144ª Zona Eleitoral de Jacinto e designa a equipe responsável pelos trabalhos".	Portaria CRE 27/2025
07/07/2025	Portaria CRE 28/2025	Instaura Inspeção na 121ª Zona Eleitoral de Guanhães e designa a equipe responsável pelos trabalhos.	Portaria CRE 28/2025
07/07/2025	Portaria CRE 29/2025	Instaura Inspeção na 239ª Zona Eleitoral de Rio Pomba e designa a equipe responsável pelos trabalhos.	Portaria CRE 29/2025
15/07/2025	Portaria CRE 31/2025	Delega competência ao Juiz Auxiliar da Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral.	Portaria CRE 31/2025
22/07/2025	Portaria CRE 32/2025	Instaura Inspeção na 177ª Zona Eleitoral de Minas Novas e designa a equipe responsável pelos trabalhos.	Portaria CRE 32/2025
22/07/2025	Portaria CRE 33/2025	Instaura Inspeção na 190ª Zona Eleitoral de Nanuque e designa a equipe responsável pelos trabalhos	Portaria CRE 33/2025
22/07/2025	Portaria CRE 34/2025	Instaura Inspeção na 211ª Zona Eleitoral de Patrocínio e designa a equipe responsável pelos trabalhos.	Portaria CRE 34/2025
20/08/2025	Portaria CRE 36/2025	Instaura Inspeção na 240ª Zona Eleitoral de Rio Preto e designa a equipe responsável pelos trabalhos	Portaria CRE 36/2025

26/08/2025	Portaria CRE 37/2025*	Designa servidores para comporem Comissão de Sindicância Acusatória.	* Portaria não publicada no SIAD e no Portal do Tribunal na <i>internet</i> , conforme o inciso III do art. 7º da Instrução Normativa nº 2, de 10 de março de 2025.
05/09/2025	Portaria CRE 38/2025*	Designa servidores para comporem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar	* Portaria não publicada no SIAD e no Portal do Tribunal na <i>internet</i> , conforme o inciso III do art. 7º da Instrução Normativa nº 2, de 10 de março de 2025.
19/09/2025	Portaria CRE 39/2025	Instaura Inspeção na 284ª Zona Eleitoral de Visconde do Rio Branco e designa a equipe responsável pelos trabalhos.	Portaria CRE 39/2025
19/09/2025	Portaria CRE 40/2025	Instaura Inspeção na 247ª Zona Eleitoral de Santa Maria do Suaçuí e designa equipe responsável pelos trabalhos	Portaria CRE 40/2025
23/09/2025	Portaria CRE 41/2025*	Prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância Acusatória designada pela Portaria nº 37, de 26 de agosto de 2025, da Corregedoria Regional Eleitoral de Minas Gerais.	* Portaria não publicada no SIAD e no Portal do Tribunal na <i>internet</i> , conforme o inciso III do art. 7º da Instrução Normativa nº 2, de 10 de março de 2025.
06/10/2025	Portaria CRE 42/2025	Instaura Inspeção na 313ª Zona Eleitoral de Contagem e designa equipe responsável pelos trabalhos.	Portaria CRE 42/2025
06/10/2025	Portaria CRE 43/2025	Instaura Inspeção na 090ª Zona Eleitoral de Contagem e designa equipe responsável pelos trabalho	Portaria CRE 43/2025
10/10/2025	Portaria CRE 44/2025	Altera o art. 2º da Portaria CRE nº 42, de 6 de outubro de 2025, que "Instaura Inspeção na 313ª Zona Eleitoral de Contagem e designa equipe responsável pelos trabalhos."	Portaria CRE 44/2025
24/10/2025	Portaria CRE 45/2025	Instaura Inspeção na 160ª Zona Eleitoral de Lavras e designa equipe responsável pelos trabalhos	Portaria CRE 45/2025

24/10/2025	Portaria CRE 46/2025	Instaura Inspeção na 095ª Zona Eleitoral de Corinto e designa equipe responsável pelos trabalhos.	Portaria CRE 46/2025
10/11/2025	Portaria CRE 47/2025*	Defere o pedido de prorrogação dos trabalhos da Comissão Processo Administrativo Disciplinar designada pela Portaria CRE nº 38, de 05 de novembro de 2025, para complementar os trabalhos realizados no Processo Administrativo Disciplinar a que se refere a Portaria CRE nº 25, de 13 de maio de 2025, da Corregedoria Regional Eleitoral de Minas Gerais.	* Portaria não publicada no SIAD e no Portal do Tribunal na <i>internet</i> , conforme o inciso III do art. 7º da Instrução Normativa nº 2, de 10 de março de 2025.

Anexo 7 – Ofícios-Circulares da Corregedoria Regional Eleitoral de Minas Gerais em 2025

Data	Ofício- Circular	Assunto	Link
07/01/2025	Ofício-circular CRE 1/2025	Procedimento SEI nº 2024.00.000002484-4. Comunicação de despacho. Inativação de registros na Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos. Estatuto da Igualdade.	Ofício-circular CRE 1/2025
15/01/2025	Ofício-circular CRE 2/2025	Provimento CNJ nº 188, de 2024. Funcionamento da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens (CNIB) 2.0.	Ofício-circular CRE 2/2025
30/01/2025	Ofício-circular CRE 3/2025	Divulgação das Metas Nacionais do Poder Judiciário para o ano de 2025.	Ofício-circular CRE 3/2025
04/02/2025	Ofício-circular CRE 4/2025	Autoinspeção Anual 2025 - Orientações.	Ofício-circular CRE 4/2025
12/02/2025	Ofício-circular CRE 5/2025	Sistema Elo. Liberação de versão.	Ofício-circular CRE 5/2025
13/02/2025	Ofício-circular CRE 6/2025	Divulgação do curso “Os desafios da democracia no século XXI” – 3ª edição, promovido pela FGV Justiça.	Ofício-circular CRE 6/2025
17/02/2025	Ofício-circular CRE 7/2025	Ofício-Circular nº 10/2025/GP – CNJ. Domicílio Judicial Eletrônico.	Ofício-circular CRE 7/2025
17/02/2025	Ofício-circular CRE 8/2025	Convocação de reunião - AÇÃO INTEGRA.	Ofício-circular CRE 8/2025
17/02/2025	Ofício-circular CRE 9/2025	Sistema Elo. Liberação de versão. Complemento.	Ofício-circular CRE 9/2025
20/02/2025	Ofício-circular CRE 10/2025	Sistema Inscreve Fácil.	Ofício-circular CRE 10/2025
26/02/2025	Ofício-circular CRE 11/2025	Convocação de reunião - AÇÃO INTEGRA.	Ofício-circular CRE 11/2025
28/02/2025	Ofício-circular CRE 12/2025	Provimento CGE nº 1/2025. Lista de faltosos. Procedimentos. Regularização. Cancelamento de Inscrição Eleitoral.	Ofício-circular CRE 12/2025
06/03/2025	Ofício-circular CRE 13/2025	Aprimoramento do Índice de Atendimento à Demanda (IAD).	Ofício-circular CRE 13/2025

06/03/2025	Ofício-circular CRE 14/2025	Capacitação Nacional do Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões – BNMP - 3.0.	Ofício-circular CRE 14/2025
10/03/2025	Ofício-circular CRE 15/2025	Convocação de reunião - AÇÃO INTEGRA.	Ofício-circular CRE 15/2025
19/03/2025	Ofício-circular CRE 16/2025	Divulgação do webinário “Construindo Equidade: Protocolos para Julgamento com Perspectiva de Gênero e Racial no Atendimento às Mulheres”.	Ofício-circular CRE 16/2025
24/03/2025	Ofício-circular CRE 17/2025	Selo de Qualidade Eleitoral e Prêmio Justiça Eleitoral.	Ofício-circular CRE 17/2025
24/03/2025	Ofício-circular CRE 18/2025	Sistema Elo. Indisponibilidade programada. Atualização do ambiente de aplicação da Seção de Cadastro de Eleitor.	Ofício-circular CRE 18/2025
25/03/2025	Ofício-circular CRE 19/2025	Processo SEI (TSE) 2024.00.000014630-3. Comunica despacho - Direitos Políticos - Pena de Multa - Parcelamento - Prevalência da Suspensão de Direitos Políticos.	Ofício-circular CRE 19/2025
02/04/2025	Ofício-circular CRE 20/2025	Selo de Qualidade Eleitoral e Prêmio Justiça Eleitoral.	Ofício-circular CRE 20/2025
02/04/2025	Ofício-circular CRE 21/2025	Atualização do Cadastro Eleitoral. Ausência aos trabalhos eleitorais ou abandono da função. Período de 2015 até 2025.	Ofício-circular CRE 21/2025
04/04/2025	Ofício-circular CRE 22/2025	Prêmio CNJ de Qualidade, ano 2025. Eixo Produtividade. Providências.	Ofício-circular CRE 22/2025
14/04/2025	Ofício-circular CRE 23/2025	Sistema Elo. Liberação de versão.	Ofício-circular CRE 23/2025
24/04/2025	Ofício-circular CRE 24/2025	Ofício-Circular nº 9/2025 do Supremo Tribunal Federal. Comunicação sobre determinação de suspensão nacional do processamento e do prazo prescricional de todas as ações que tratem da questão contida no Tema 1260.	Ofício-circular CRE 24/2025
29/04/2025	Ofício-circular CRE 25/2025	Acessibilidade e Inclusão: Capacitação para Magistratura Eleitoral – 2ª Edição.	Ofício-circular CRE 25/2025

30/04/2025	Ofício-circular CRE 26/2025	Comunicação. Despacho. Valor da multa a ser recolhida pelo mesário faltoso. Art. 124 do Código Eleitoral. Sistema Elo. Atualização.	Ofício-circular CRE 26/2025
06/05/2025	Ofício-circular CRE 27/2025	Comunicação. Despacho. Orientação. Zonas Eleitorais. Atualização de dados cadastrais.	Ofício-circular CRE 27/2025
09/05/2025	Ofício-circular CRE 28/2025	Sistema Elo. Liberação de versão.	Ofício-circular CRE 28/2025
19/05/2025	Ofício-circular CRE 29/2025	Decisão TSE. Petição Cível nº 0600023-14.2025.6.00.00. Partido Missão, em formação.	Ofício-circular CRE 29/2025
19/05/2025	Ofício-circular CRE 30/2025	Convocação de reunião - AÇÃO INTEGRA.	Ofício-circular CRE 30/2025
20/05/2025	Ofício-circular CRE 31/2025	Turma 2 do Curso TSE - Acessibilidade e Inclusão: Capacitação para Magistratura Eleitoral.	Ofício-circular CRE 31/2025
20/05/2025	Ofício-circular CRE 32/2025	TSE encaminha Ofício-Circular n. 6/2025/DTI do CNJ. Suspensão temporária do acesso ao Jus.br e à PDPJ-br via sistema Gov.br.	Ofício-circular CRE 32/2025
23/05/2025	Ofício-circular CRE 33/2025	Sistema Elo. Liberação de versão. Comando manual do código de ASE 612.	Ofício-circular CRE 33/2025
23/05/2025	Ofício-circular CRE 34/2025	Eleitores faltosos. Cancelamento. Orientações sobre o atendimento após o prazo.	Ofício-circular CRE 34/2025
23/05/2025	Ofício-circular CRE 35/2025	Prorrogação do prazo de inscrição. Selo de Qualidade Eleitoral e Prêmio Justiça Eleitoral.	Ofício-circular CRE 35/2025
29/05/2025	Ofício-circular CRE 36/2025	Selo de Qualidade Eleitoral e Prêmio Justiça Eleitoral.	Ofício-circular CRE 36/2025
05/06/2025	Ofício-circular CRE 37/2025	Mesários faltosos. Alteração do valor de multas. Ofício-Circular CGE nº 12/2025. Ofício-Circular CRE nº 21/2025.	Ofício-circular CRE 37/2025

11/06/2025	Ofício-circular CRE 38/2025	Provimentos CGE nos 2, 3 e 4/2025. Fluxo das cartas precatórias. Atendimento individual fora das instalações da Justiça Eleitoral. Prescrição de multas administrativo-eleitorais.	Ofício-circular CRE 38/2025
13/06/2025	Ofício-circular CRE 39/2025	BNMP 3.0. Exposição indevida de dados sensíveis da vítima em Mandado de Prisão. Recomendações do DMF/CNJ.	Ofício-circular CRE 39/2025
16/06/2025	Ofício-circular CRE 40/2025	Comunicação. Despacho. Inativação dos códigos de ASE 094, 442 e 620. Débitos constituídos há mais de 10 anos. Provimento CGE nº 4/2025.	Ofício-circular CRE 40/2025
24/06/2025	Ofício-circular CRE 41/2025	Comunica nova gestão na Corregedoria-Regional Eleitoral de Minas Gerais	Ofício-circular CRE 41/2025
07/07/2025	Ofício-circular CRE 43/2025	Preenchimento de questionário para fins de subsidiar os trabalhos de auditoria na Ação Coordenada de Auditoria do CNJ - 2025.	Ofício-circular CRE 43/2025
07/07/2025	Ofício-circular CRE 44/2025	Procedimentos de investigação criminal - análise para efeito da aplicabilidade da Resolução TRE/MG nº 1.283, de 2024, que trata do Juiz Eleitoral das Garantias.	Ofício-circular CRE 44/2025
09/07/2025	Ofício-circular CRE 42/2025	Ciência da Resolução CNJ nº 625/2025, que altera a Resolução CNJ nº 270/2018 e dispõe sobre o uso do nome social pelas pessoas trans, travestis e transexuais usuárias dos serviços judiciários, membros, servidores, estagiários e trabalhadores terceirizados dos tribunais brasileiros.	Ofício-circular CRE 42/2025
10/07/2025	Ofício-circular CRE 45/2025	Prêmio CNJ de Qualidade, ano 2025. Eixo Dados e Tecnologia. Providências.	Ofício-circular CRE 45/2025
10/07/2025	Ofício-circular CRE 46/2025	Ofício Circular nº 32/2025/SEP/CNJ. Convite para o Webinário de Lançamento das Funcionalidades do Sistema Nacional de Gestão de Bens (SNGB) para Órgãos Externos.	Ofício-circular CRE 46/2025
11/07/2025	Ofício-circular CRE 47/2025	Manutenção do Data Center da OAB. Suspensão dos prazos processuais vencidos em 19 e 20 de junho de 2025.	Ofício-circular CRE 47/2025

15/07/2025	Ofício-circular CRE 48/2025	Movimentação de eleitores. Ratificação de orientações.	Ofício-circular CRE 48/2025
18/07/2025	Ofício-circular CRE 49/2025	Alistamento. Idade mínima. Orientações	Ofício-circular CRE 49/2025
18/07/2025	Ofício-circular CRE 50/2025	Provimento CRE nº 8, de 2024. Projeto Acervo Novo. Resultado.	Ofício-circular CRE 50/2025
04/08/2025	Ofício-circular CRE 51/2025	Atualização da Resolução CNJ nº 483/2022 - Sistema Nacional de Gestão de Bens (SNGB).	Ofício-circular CRE 51/2025
08/08/2025	Ofício-circular CRE 52/2025	Apresentação do sistema CNIB 2.0.	Ofício-circular CRE 52/2025
12/08/2025	Ofício-circular CRE 53/2025	Comunicação. Despacho. Procedimento de anotação do código de ASE 230.	Ofício-circular CRE 53/2025
20/08/2025	Ofício-circular CRE 54/2025	Plano Integrado de Biometria. Orientações às juízas e aos juízes eleitorais.	Ofício-circular CRE 54/2025
20/08/2025	Ofício-circular CRE 55/2025	Convocação de reunião - AÇÃO INTEGRA	Ofício-circular CRE 55/2025
26/08/2025	Ofício-circular CRE 56/2025	Metas Nacionais do Poder Judiciário. Aprimoramento do índice da Meta 1	Ofício-circular CRE 56/2025
27/08/2025	Ofício-circular CRE 57/2025	Retificação de partes inválidas nos processos do PJe 1º Grau.	Ofício-circular CRE 57/2025
01/09/2025	Ofício-circular CRE 58/2025	Ocorrência de tentativas de golpes direcionados a cartórios eleitorais.	Ofício-circular CRE 58/2025
09/09/2025	Ofício-circular CRE 59/2025	Projeto "Cidadania Indígena". Mapeamento das comunidades indígenas no Estado de Minas Gerais. Ações para promover a inclusão e a participação dos povos indígenas.	Ofício-circular CRE 59/2025
12/09/2025	Ofício-circular CRE 60/2025	Recomendação sobre coleta do conjunto de dados biométricos.	Ofício-circular CRE 60/2025
12/09/2025	Ofício-circular CRE 61/2025	Atualização de softwares. Indisponibilidade de sistemas. 29/9/2025.	Ofício-circular CRE 61/2025
12/09/2025	Ofício-circular CRE 62/2025	SEI nº 2025.00.000000263-3. Inconsistências na anotação de dados pessoais de eleitores.	Ofício-circular CRE 62/2025
12/09/2025	Ofício-circular CRE 63/2025	"Dia B da Biometria".	Ofício-circular CRE 63/2025

15/09/2025	Ofício-circular CRE 64/2025	Envio equivocado de inquéritos policiais ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais.	Ofício-circular CRE 64/2025
16/09/2025	Ofício-circular CRE 65/2025	Autenticação biométrica da identidade do eleitor. Ambiente simulado.	Ofício-circular CRE 65/2025
16/09/2025	Ofício-circular CRE 66/2025	Reembolso de Oficiais de Justiça por cumprimento de mandado. Orçamento.	Ofício-circular CRE 66/2025
22/09/2025	Ofício-circular CRE 67/2025	Autenticação biométrica da identidade do eleitor. Ambiente Simulado. Prorrogação do período de testes.	Ofício-circular CRE 67/2025
26/09/2025	Ofício-circular CRE 68/2025	Plano de Ação. Eleições 2026. Encaminhamento de urnas eletrônicas para realização de treinamento do eleitorado.	Ofício-circular CRE 68/2025
26/09/2025	Ofício-circular CRE 69/2025	Situação do acervo processual com impacto na Meta 1 do CNJ.	Ofício-circular CRE 69/2025
06/10/2025	Ofício-circular CRE 70/2025	Reiteração da existência dos Paineis "Autogerenciamento das Zonas Eleitorais" e "Prêmio CNJ de Qualidade - Indicadores Judiciais" para as Zonas Eleitorais – Acompanhamento de Indicadores e Metas do CNJ.	Ofício-circular CRE 70/2025
09/10/2025	Ofício-circular CRE 71/2025	Suspensão temporária e posterior retomada do atendimento aos eleitores de Montes Claros no âmbito do projeto TRE Atende Mais.	Ofício-circular CRE 71/2025
14/10/2025	Ofício-circular CRE 72/2025	Sistema Inscreve Fácil.	Ofício-circular CRE 72/2025
24/10/2025	Ofício-circular CRE 73/2025	Atualização de softwares. Indisponibilidade de sistemas. 27/10/2025.	Ofício-circular CRE 73/2025
24/10/2025	Ofício-circular CRE 74/2025	Modernização do ambiente de infraestrutura de TI. Indisponibilidade de sistemas.	Ofício-circular CRE 74/2025
29/10/2025	Ofício-circular CRE 75/2025	Resolução Conjunta nº 645/2025 – CNJ/CNMP. Captação e registro audiovisual em atos processuais. Uso de imagens e vozes dos participantes. Proteção de dados pessoais.	Ofício-circular CRE 75/2025
29/10/2025	Ofício-circular CRE 76/2025	Sistema Infodip. Versão v2.20.0.17. Criação da Comunicação de Acordo de Não	Ofício-circular CRE 76/2025

		Persecução Civil (ANPC). Alteração da Comunicação de Acordo de Não Persecução Penal (ANPP).	
07/11/2025	Ofício-circular CRE 77/2025	Priorização de processos que impactam no cumprimento da Meta 1 CNJ	Ofício-circular CRE 77/2025
10/11/2025	Ofício-circular CRE 78/2025	Atualização de horários de atendimento ao eleitor no sistema ELO.	Ofício-circular CRE 78/2025
12/11/2025	Ofício-circular CRE 79/2025	Carta de Brasília. Iº Encontro Nacional de Encarregadas e Encarregados de Dados do Poder Judiciário.	Ofício-circular CRE 79/2025
13/11/2025	Ofício-circular CRE 80/2025	Atualização da rotina processual em feitos criminais nº 01 - Arquivamento da peça investigatória criminal.	Ofício-circular CRE 80/2025

